

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### TEMPOS DE CRISE

Nos Estados Unidos o FMI anuncia que vai vender 400 toneladas de ouro para fazer face às dificuldades. O FED acorre ou patrocina financeiramente a salvação primeiro do Bear Stearns e mais recentemente do Washington Mutual. Anuncia-se mesmo que as perdas no sistema financeiro decorrentes de crise do subprime serão superiores a 600.000 milhões de euros. Mais do triplo do PIB português que se fica em 170.000 milhões de euros.

Na Europa o BCE não fala em recessão mas adverte para um abrandamento significativo de economia. A inflação dispara para os valores mais altos dos últimos tempos. Em Espanha, revêem-se em baixa as perspectivas do crescimento económico. O aumento do desemprego revela-se inexorável. Teme-se que rebente a bolha imobiliária.

Em Portugal vive-se num outro mundo. Anuncia-se uma consolidação orçamental que está por fazer porque não se reduziu a despesa pública. Fala-se num crescimento económico de 2,2% para 2008 que toda a gente já percebeu que não é para levar a sério. Apregoa-se a criação de dezenas de milhares de novos empregos, quando o desemprego continua a agravar-se, como o comprovam os casos da Yasaki Saltano e da Delphi.

É o mundo de Pangloss, do clássico de Voltaire. É Sócrates no seu melhor.

Jorge Neto

## O líder nacional do PSD no XII Congresso do PSD-Madeira

A escolha dos candidatos do PSD a deputado nacional de 2009 em diante, serão feitas pelas estruturas locais do PSD



## Destaques:

### Destaques

“Que medo é que Portugal pode ter de colocar nas mãos dos madeirenses e açorianos a definição do aprofundamento da autonomia?”

Em “Actividades do Presidente”, pag. 2 e seguintes

“... É absolutamente infame e revoltante” a desigualdade de repartição dos tempos de antena nos blocos informativos da RTP

Em “Actividades do Presidente”, visita a Alqueva

Fernando Seara apresenta propostas de direitos compensatórios dos Municípios e criação de um Conselho Económico-Social Municipal

Em “Actividades do PSD”

# O líder nacional do PSD e o XII Congresso do PSD-Madeira

Luis Filipe Menezes, ainda antes de partir para a Madeira, onde proferirá um significativo discurso, no encerramento da reunião magna dos sociais-democratas madeirenses, desvalorizou hoje a decisão de Alberto João Jardim de impedir a cobertura jornalística dos trabalhos do congresso do PSD/Madeira, salientando que se trata de uma reunião de trabalho.

“Este é um congresso de trabalho, muito virado para o futuro do PSD/Madeira, não me parece nada extravagante a decisão”, afirmou Menezes, recordando que os jornalistas estarão presentes nas sessões de abertura e de encerramento.

“Vejo o Congresso do PSD/Madeira como um congresso de trabalho, em que o presidente do governo regional e líder do partido na região perspectiva começar a trabalhar de uma forma metodologicamente séria na sua sucessão”, acrescentou o presidente do PSD, em declarações aos jornalistas no Porto.

Menezes salientou, que “o PSD não é um partido com tradição de cercar a liberdade de acesso à informação nas questões fundamentais da vida do partido”, logo os Congressos Nacionais são distintos do que aconteceu na Madeira.

Nas declarações que hoje prestou aos jornalistas, na sede do PSD/Porto, Luis Filipe Menezes pronunciou-se ainda sobre a indicação do ex-ministro socialista Jorge Coelho para a presidência da construtora Mota/Engil, defendendo que não deve ser revisto o actual regime de incompatibilidades.

“Devemos deixar de ser hipócritas e assumir com naturalidade a existência de interesses divergentes na mesma pessoa”, afirmou.

Para Menezes, “não se deve aumentar a blindagem (no regime de incompatibilidades) se não ficamos todos impedidos de trabalhar antes ou depois de ter funções públicas”.

“O que é preciso é assumir com clareza quais são os interesses de cada um”, defendeu, acrescentando que Jorge Coelho “é uma pessoa com grande carácter, que merece muito respeito”.

Luis Filipe Menezes comentou ainda a sondagem hoje divulgada pelo semanário Expresso, que aponta para uma queda do seu partido, desvalorizando a questão.

“Temos que deixar de ser ridículos. As variações em relação ao mês passado são de meio ponto ou um ponto, isso é tecnicamente insustentável do ponto de vista de argumentação”, frisou, recordando que as eleições são em 2009 e o PSD



está a prepará-las “com tranquilidade”.

## No encerramento do XII Congresso do PSD madeirense

Já no Domingo, no Funchal, o líder nacional do PSD, defendeu que, mais do que uma revisão, o País precisa é de uma nova Constituição.

“O país precisa de uma nova Constituição. Já passaram 35 anos, sendo altura de dizer que esta não seria a Constituição da República se não tivesse sido redigida sob o cutelo da pressão, do sequestro sobre o Parlamento”, salientou o responsável social democrata na sessão de encerramento do XII congresso regional do PSD/M.

Sustentou ser necessário uma “nova Constituição que defina, entre outros pontos, outras formas de organização jurídico-constitucional, outras regras no relacionamento do Estado central com as autarquias e regiões”.

“Que seja uma constituição simples, não seja complexa e burocrática, difícil de analisar, ao serviço dos portugueses”, apontou.

Realçou o desenvolvimento sustentado alcançado pela Madeira nos últimos anos, situação que é incompreendida pela maioria dos portugueses devido ao que considera ser um “défice de informação”.

“O futuro governo da República do PSD vai apostar a sério nos transportes do continente para a Madeira e criar condições de vida diferentes” que permitam alterar esta situação, prometeu Luis Filipe Menezes.

Salientou que o “PS fala com grande dificuldade da autonomia porque foi sempre o grande adversário da institucionalização das autonomias da Madeira e Açores”.

## “Que medo é que Portugal pode ter de colocar nas mãos dos madeirenses e açorianos a definição do aprofundamento da autonomia?”

“Que medo é que Portugal pode ter de colocar nas mãos dos madeirenses e açorianos a definição do aprofundamento da autonomia?”, perguntou Luis Filipe Menezes ao Congresso.

Acrescentou que “a autonomia não tem limites, sendo o único limite o manter o espírito forte de portuguesismo, políticas externa, defesa, segurança e justiça, com mais participação dos governos regionais legitimamente eleitos, factores de unidade nacional. Daí para baixo deve depender exclusivamente da vontade e imaginação dos madeirenses e açorianos”.

“Não faz sentido a situação actual de colocar um garrote à volta da vontade





de afirmação e desenvolvimento da Madeira, cerceando a sua capacidade de auto-financiamento através de leis da República”, destacou, prometendo que o aprofundamento da autonomia será uma das bandeiras do PSD nacional.

Sobre as batalhas que o partido tem no horizonte, Luís Filipe Menezes argumentou que o PSD “está no bom caminho”, apontando que até “já é tão atacado e criticado como o presidente do Governo Regional da Madeira”, e é, assim, na visão dos seus adversários de esquerda, “um líder nacional, cheio de defeitos, que quer um partido voltado para as políticas sociais” e é “apenas...um médico formado numa Universidade Pública, com serviços distintos de especialização no Estrangeiro, um autarca com “algum” sucesso...”

## A escolha dos candidatos do PSD a deputado nacional, de 2009 em diante, serão feitas pelas estruturas locais do PSD

Garantiu também que “a partir de 2009 serão as estruturas locais do PSD a definir quem querem que os represente no parlamento nacional”.

O executivo socialista da República foi um dos alvos de ataque no discurso do líder do PSD, por “não ter um projecto de governação”.

Opinou que o executivo central está apostado no controlo do poder, de que é exemplo o “ataque aos magistrados, professores, às autarquias e à Região Autónoma da Madeira, na medida em que esta é uma voz incómoda, que contrasta, pelos resultados de governação, e que erguia sempre a sua voz contra os excessos centralistas”.

Ao falar do “redondo falhanço da governação socialista”, Luís Filipe Menezes considerou um “investimento desnecessário” a terceira travessia do Tejo, que tem um custo estimado de 1,2 mil milhões de euros, numa política de “novo riquismo e grandes catedrais, enquanto o povo morre à fome”.

Mencionou as “altas expectativas do partido” e a confiança nas vitórias dos próximos actos eleitorais pois o PSD “vai falar directamente para o povo”.

Ainda sobre o congresso dos sociais democratas madeirenses, salientou que o facto de contar com a presença de vários dirigentes nacionais do partido é uma “demonstração que o PSD nacional tem uma atitude de respeito institucional forte, admiração e apreço”, considerando o PSD/M “em quase tudo, um bom exemplo daquilo que deve ser o comportamento e atitude da estrutura nacional”.

Menezes falou ainda sobre o projecto de sucessão de Jardim, opinando que o “PSD/M saberá encontrar com serenidade o caminho para construir mais 30 anos de vitórias na Madeira”.

## No Porto: descontentamento e protestos em várias áreas sociais, encerramento de empresas e aumento do desemprego, retratam a falência do projecto de governação de Sócrates

Luís Filipe Menezes, considerou, no dia 5, que os crescentes protestos populares em várias áreas da sociedade e o encerramento de empresas, com o consequente aumento do desemprego, reflectem a “falência de um projecto de governação”.

“Existe um somatório de sintomas graves de críspação e desagregação da sociedade portuguesa. Isto é muito preocupante e traduz a falência de um projecto de governação”, frisou Menezes, em declarações aos jornalistas no Porto.

O líder social-democrata comentava os protestos contra a política de saúde que estão previstos para hoje em várias cidades portuguesas, mas também o recente anúncio do despedimento de cerca de 800 trabalhadores em duas multinacionais que operam em Portugal.

Apesar de uma dessas empresas estar instalada em Gaia, município onde é presidente da Câmara, Menezes defendeu que “este é um problema do Governo e não da autarquia”.

“Quem negociou incentivos fiscais para as empresas se instalarem foi o Governo, cabe ao Governo antecipar as empresas em que se perspectiva uma deslocalização e negociar com elas”, frisou.

O presidente do PSD alertou que “o desemprego está a aumentar de forma galopante”, admitindo que haverá um “agravamento da taxa de desemprego nos próximos meses”.

“O primeiro-ministro, que dizia que uma taxa de desemprego de 6,9 por cento era a tradução da falência de uma política económica, o que dirá hoje com o desemprego a aproximar-se dos dois dígitos?”, questionou Menezes.

O líder social-democrata falava aos jornalistas na sede do PSD/Porto, no

final de uma reunião com o padre Lino Maia, presidente da Federação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, onde esteve em análise a denúncia de acordos da Segurança Social relativos a actividades de ocupação de tempos livres (ATL).

“Esta é uma questão muito relevante, estamos a falar de 100 mil crianças portuguesas bem tratadas por instituições da sociedade civil, muitas delas ligadas à Igreja Católica”, salientou.

Menezes afirmou que “o PSD vê com preocupação uma aparente opção do Governo de avançar para uma lógica pura e dura de estatização destes serviços”, considerando que se trata de “um furor laicista que traduz alguma arrogância em relação a instituições que mereciam mais respeito”.

Para o Presidente social-democrata, a educação e a solidariedade social “devem ser repartidas entre instituições da sociedade civil e do Estado, permitindo que as famílias escolham”.

“Todas devem ser vistas numa lógica de serviço público, que é definido pela universalidade e pela gratuidade tendencial e não por quem presta o serviço”, defendeu.

Menezes salientou ainda que, actualmente, a preocupação está centrada nos ATL, mas admitiu que “há outros problemas”, nomeadamente no que se refere à actividade das misericórdias na área da saúde e no apoio que as instituições particulares de solidariedade social prestam à infância e à terceira idade.

“Esperamos que não haja uma tentativa do Estado para estatizar essas áreas”, afirmou.



As preocupações de Menezes foram também destacadas pelo padre Lino Maia, para quem “é importante que a sociedade e o governo respeitem as instituições de solidariedade social”.

“Este problema dos ATL tem dois anos e tem sido agravado. Temos notícias de que os centros distritais (de segurança social) estão a denunciar acordos de cooperação”, afirmou.

Segundo Lino Maia, até ao final de Fevereiro fecharam 175 espaços de ATL em todo o país, admitindo que, caso a situação não seja invertida, “até Agosto encerrarem muitos mais”.

## Luís Filipe Menezes afirma que os portugueses têm «medo de divergir do poder» O PSD interpela o Governo, no Parlamento sobre o estado da democracia

O PSD interpelou o Governo sexta-feira, no Parlamento, sobre o estado da democracia, uma iniciativa que o presidente do partido, Luís Filipe Menezes, justificou afirmando que os portugueses têm medo de divergir do poder.

A interpelação do PSD ao Governo tem como tema “a qualidade da democracia e o exercício dos direitos fundamentais”.

No dia 12 de Março, em Lisboa, Luís Filipe Menezes apontou “a desqualificação da democracia” como um dos “sete pecados sem direito a absolvição do Governo”.

“Vivemos no país do medo, em que há um justo receio de divergir nem que seja de uma forma pontual e tranquila daquilo que é a verdade oficial”, afirmou, na altura.

Uma semana antes, também em Lisboa, o presidente do PSD disse que se os socialistas não forem parados a tempo “a sociedade portuguesa já estará totalmente condicionada, tutelada e amedrontada pelos instrumentos de poder que entretanto o PS colocou ao seu serviço”.

De acordo com Luís Filipe Menezes, os portugueses estão com “receio de viver numa democracia controlada”, o que levou o PSD a interpelar o Governo sobre o respeito pelos direitos fundamentais no país.

Menezes considerou que os professores são o exemplo de uma classe com “medo de que a sua avaliação não seja pelo mérito, tenha como critério a fidelidade partidária e o discurso ortodoxo de acordo com a cartilha do actual poder em Portugal”.

O PCP promoveu, em Dezembro do ano passado, uma interpelação parlamentar também sobre “o estado da democracia e as condições do exercício de direitos e liberdades fundamentais”.

## O Presidente visita a zona de Alqueva, acompanhando o GP do PSD: é “...absolutamente infame e revoltante” a desigualdade de repartição dos tempos de antena nos blocos informativos da RTP

O líder do PSD em Moura (Distrito de Beja) considerou “absolutamente infame e revoltante” que o nosso partido tenha apenas 17 por cento de “tempo de antena” nos blocos informativos da RTP, acusando o Governo de exercer uma “influência permanente” na comunicação social.

“É absolutamente infame e revoltante, mas compreensível, com um primeiro-ministro e um ministro do sector que querem ter uma influência permanente sobre aquilo que é a comunicação em Portugal”, disse Luís Filipe Menezes.

O líder do PSD falava aos jornalistas na aldeia da Estrela, concelho de Moura, onde acompanhava uma visita do grupo parlamentar social-democrata ao Alentejo, a municípios abrangidos pelo empreendimento de Alqueva.

O líder do PSD reagia a um relatório sobre pluralismo político-partidário que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) entregou segunda-feira na Assembleia da República.

O relatório conclui que o PSD é sistematicamente sub-representado nos blocos informativos da RTP, enquanto que o PS é “apagado” como partido autónomo do Governo.

A presença do Governo e do Partido Socialista na RTP1 e RTP2 chegou aos 56,23 por cento, ultrapassando o valor de referência apontado pela ERC com base na representatividade eleitoral, que era de 50 por cento, é referido.

Já a presença do PSD, enquanto maior partido da oposição, ficou aquém do valor de referência dado pela ERC (27,67 por cento), apresentando-se com 17,78 por cento.

Em declarações aos jornalistas, Luís Filipe Menezes garantiu hoje que “os jornalistas sentem na pele e nos diferentes órgãos de comunicação” a “influência permanente” que o Governo quer ter no sector.

“Parafrazeando o doutor Mário Soares, as televisões privadas são legitimamente viradas para os consumidores. A televisão pública é virada para a cidadania e para o cidadão”, ironizou, salientando ser “absolutamente inaceitável o que está a acontecer”.

E, nas contas da ERC, acrescentou o líder social-democrata, “ainda não estão contabilizados, por exemplo, os programas de grande informação” da RTP, como o que “acontece na segunda-feira à noite [Prós e Contras]”.

“Aí, a discrepância é de 20 para um”, sustentou, garantindo que o grupo parlamentar do PSD vai ter esta semana, na Assembleia da República, “um debate muito importante sobre a qualidade da democracia portuguesa”. Ainda na Aldeia da Estrela, o presidente do PSD acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de andar num “afã” pelo país, a “lançar obras públicas”, motivado pela “crise de popularidade, sem retorno”, que claramente atravessa.

“O primeiro-ministro, a partir do momento em que percebeu que estava numa crise de popularidade, sem retorno, lançou-se num afã de lançar obras públicas. Mas a obra pública já não engana os portugueses”, argumentou o líder social-democrata.

As críticas ao primeiro-ministro foram feitas depois de questionado pelos jornalistas sobre os concursos, lançados por José Sócrates, numa cerimónia em Lisboa, para a construção de quatro novas barragens no norte do país.

Segundo o presidente do PSD, “não é com metros de auto-estrada, nem com metros cúbicos de água em barragens, que o engenheiro Sócrates vai recuperar a confiança que os portugueses perderam nele”.

“Qualquer governo, fosse ele qual fosse, estava a lançar estas obras e qualquer um vai lá adiante inaugurá-las”, sublinhou.

Luís Filipe Menezes aludiu, em contraponto, ao “outro lado da medalha”, que é o “Portugal das pessoas”, para o qual o primeiro-ministro, acusou, “não olha”.

“Há outro lado da medalha, que são as pessoas. As pessoas que todos os dias perdem poder de compra e estão desempregadas e as pessoas do interior que estão, cada vez mais, desesperançadas”, afirmou.

O presidente do PSD juntou-se ao grupo parlamentar do partido, ao almoço, depois dos deputados, liderados por Pedro Santana Lopes, já terem visitado o Monte do Carvalhoso, em Ferreira do Alentejo, e uma fábrica produtora de molhos em Moura.

Depois de uma paragem no paredão da barragem de Alqueva e da deslocação à aldeia ribeirinha da Estrela, durante a tarde, a comitiva ainda visitou outra povoação junto ao espelho de água da albufeira, a Aldeia da Luz (Mourão).

Ainda durante a visita, Luís Filipe Menezes, defendeu que o desenvolvimento do interior de Portugal pressupõe actualmente uma “lógica de competitividade ibérica”, atendendo aos 40 milhões de consumidores do outro lado da fronteira.

“Não é mais uma questão de solidariedade nacional, é uma questão de inteligência económica”, afirmou o líder social-democrata, em declarações aos jornalistas.

Durante a visita Luís Filipe Menezes reiterou também o “compromisso político” do PSD em termos fiscais.

“Um governo do PSD vai apostar num programa que aponta para uma harmonização fiscal, numa lógica competitiva, entre Portugal e Espanha, no prazo de uma legislatura”, prometeu.

Quanto à política agrícola do país e ao projecto de Alqueva, o presidente do PSD criticou aquilo a que chamou de “visão socializante e estatizante do PS”.

Lembrando que a conclusão de Alqueva está prevista “para 2013”, num investimento de 900 milhões de euros, Menezes criticou o facto de “não haver” uma aposta na sociedade, nos agricultores, agentes económicos e nos autarcas.

“Não existem programas específicos virados para lançar o empreendedorismo local para acompanhar este enorme investimento público”, sublinhou.

Quanto ao ministro da Agricultura, o presidente do PSD retomou as críticas



do líder parlamentar, Pedro Santana Lopes, segundo o qual Jaime Silva está “distante dos agricultores em Portugal”.

Menezes também acusou Jaime Silva de estar “fechado no gabinete em Lisboa”, situação a que “já estava habituado” num gabinete em Bruxelas.

Neste capítulo, o líder do PSD dirigiu também as críticas ao primeiro-ministro, considerando que José Sócrates “não gosta manifestamente das zonas do país mais deprimidas, onde estão os menos poderosos e aqueles que precisam de mais apoio”.

## Uma declaração para o Partido

Durante a visita, ainda em conversação com os jornalistas, Luís Filipe Menezes, reiterou a sua “total confiança” no líder parlamentar social-democrata, Pedro Santana Lopes, a quem tinha acabado de se juntar para cokpletar a visita do Grupo à zona de Alqueva.

“No partido, o que é importante é que aqueles que têm responsabilidades nos diferentes órgãos conjuguem os seus pontos de vista. Se querem criar problemas entre o líder parlamentar, o grupo e o presidente do partido não vão conseguir”, afirmou, em declarações aos jornalistas.

Menezes garantiu que a bancada parlamentar do PSD é apoiada “de uma forma constante” pela comissão política nacional.

“Nos próximos tempos, vão ver o grupo parlamentar com iniciativas legislativas quase quotidianas”, prometeu.

“Estamos aqui para dar e durar com uma unidade activa em que existem lugares para todos”, sublinhou.

Para o líder social-democrata, “os partidos onde existe um homem só, cada vez mais só, a sobressair normalmente, são parentes de democracias pouco enxutas”. – Fontes: Lusa, GP/PSD.

(\*) - Nota da Redacção: O nosso Presidente teve a “caridade” de não referir a entrevista que realiza aos sábados, com repetição às segundas-feiras, Maria Flôr Pedroso (a companheira de programa de Marcello Rebelo de Sousa na RTP 1, que dirige a informação da RDP 1) e que, nos últimos 4 anos, tem uma desigualdade na escolha da côr política dos entrevistados na ordem dos 10 para 1 (pelo menos) a favor do PS; e cujas “mesuras” à Esquerda são acompanhadas por singular agressividade à Direita



A propósito do relatório da Entidade reguladora para a Comunicação Social

# Declaração Política do Deputado Mendes Bota sobre o “Pluralismo Político na Informação da RTP”

Assembleia da República, 2 de Abril de 2008, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

“Os princípios constitucionais de independência e pluralismo dos órgãos de comunicação social públicos proibem que eles funcionem como serviço de publicidade oficial, como estrutura de “public relations” do Governo(ou de qualquer outra autoridade pública), não podendo eles pautar a sua orientação por um sentido de preferência para com a propaganda governamental”

Assim escrevem os insuspeitos Gomes Canotilho e Vital Moreira – in Constituição da República Portuguesa Anotada, página 589.

Ao arrepio destes princípios, a RTP beneficia sistematicamente o governo, em detrimento dos partidos da oposição, ignorando os princípios da isenção e do pluralismo político.

Existe uma sub-representação sistemática do Partido Social-Democrata em todos os blocos informativos do operador público de televisão.

Há muito tempo que o PSD vem denunciando esta situação inaceitável e discriminatória. Só que, desta vez, foi a própria Entidade Reguladora para a Comunicação Social quem produziu esta grave afirmação, no relatório sobre o pluralismo político-partidário na RTP, entregue na Assembleia da República.

Tomando como base os valores de referência, correlacionados com a representatividade eleitoral de cada força partidária, o governo e o PS conseguem mais de 56% do espaço informativo da televisão pública, contra menos de 18% dedicados ao PSD. É o triplo!

A situação dispara para valores absolutamente escandalosos nas Regiões Autónomas, em termos de noticiário nacional. O governo e o PS beneficiam de 77% na RTP-Madeira, e de 60% na RTP-Açores.

Ao nível da informação regional, as situações seguem critérios diferentes. A RTP-Madeira concede ao governo e ao PSD regionais, rigorosamente, o tempo de referência previsto, enquanto nos Açores, onde este ano se disputarão eleições regionais, o tempo concedido ao governo e ao PS regionais, é de 69%.

Perante esta discrepância de tratamento, é legítimo perguntar se iremos estar perante um acto eleitoral disputado de forma justa.

A avaliação quantitativa do respeito pelo pluralismo político é



obviamente insuficiente, nem pode ser medido em número de peças televisivas, e o relatório expressa esta preocupação. E aqui, a distorção e a desigualdade não é grande. É gigantesca.

Só que esta avaliação qualitativa, à luz de outros parâmetros, como o formato e a audiência das emissões, não pode esquecer que nos programas de entretenimento e nos canais internacionais do serviço público, a situação é ainda mais desequilibrada, e estas realidades não foram escrutinadas pela ERC.

A verdade, é que não existe sanção possível para a RTP. O contrato de concessão de serviço público de televisão está caduco. Por isso, no contexto da negociação de novo contrato em curso, devem ser introduzidos mecanismos sancionatórios para o incumprimento das obrigações contratuais de serviço público.

Numa atitude desculpabilizante, quase a título de compensação indevida, há quem tenha assinalado o quase total apagamento do Partido Socialista dos telejornais. Problema seu, que a nós não diz respeito. Seja o PS de Socialista, ou o PS de Sócrático, o tempo televisivo do governo e da maioria governamental que o apoia não podem ser dissociados, em matéria de contas do pluralismo político na televisão.

Outra justificação absurda, é a que relaciona a presidência da União Europeia, com este tratamento discriminatório. O próprio relatório da ERC, elenca nove outros temas liderantes da agenda política e mediática no período em análise, incluindo umas disputadíssimas eleições internas no PSD, e o Congresso que se lhe seguiu.

O respeito pelo pluralismo e isenção na informação é um dever de todos os canais televisivos, mas o serviço público de televisão traz à RTP uma responsabilidade maior, e a sua Administração terá que ser chamada a assumir as suas responsabilidades.

Aqui fica registado o nosso firme protesto nesta questão, sobre o qual apelaremos ao Provedor da República e ao Presidente da República para exercerem o seu magistério, e a quem enviaremos também o relatório da ERC que foi entregue na Assembleia da República.

A televisão pública em Portugal constitui, hoje, parte importante do mecanismo da propaganda de Estado, colocado em marcha pelo actual governo.

É inconstitucional. É ilegal. É imoral. O abuso da propaganda, tem sido um apanágio dos regimes autoritários. A palavra propaganda, aqui utilizada com um sentido político pejorativo, deveria ser uma palavra

tabu num contexto político pluralista.

Todavia, aquilo que hoje se passa no canal público de televisão, pago com o dinheiro dos contribuintes portugueses, é uma deriva perigosa do pluralismo político que deveria ser a regra e o exemplo num regime democrático.

## PSD exige sanções para casos de incumprimentos do serviço público de televisão

O PSD exigiu hoje sanções para casos de incumprimentos do serviço público de televisão, enquanto o PS confrontou os sociais-democratas com a exigência de Luís Filipe Menezes de extinguir a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Falando na interpelação do PSD ao Governo sobre a qualidade da democracia em Portugal, na Assembleia da República, o deputado social-democrata Agostinho Branquinho defendeu que o recente relatório da ERC em relação aos blocos informativos da RTP comprovam a conclusão de que há no país uma “claustrófia democrática”.

Segundo Agostinho Branquinho, o Governo socialista “faz da propaganda praticamente a única razão da sua existência” e “montou uma gigantesca máquina de manipulação da opinião pública, na qual o operador de serviço

público de rádio e televisão é uma peça central”.

Ainda tendo como base o relatório da ERC, Agostinho Branquinho referiu-se à existência de uma desproporção entre os tempos informativos destinados ao Governo Regional dos Açores e às forças da oposição naquela região autónoma.

“O que se passa na Região Autónoma dos Açores, onde existe também uma governação socialista e onde irá ocorrer dentro de alguns meses um processo eleitoral, assume proporções inqualificáveis que, a manterem-se, poderão inclusivé, colocar em questão as regras do jogo democrático”.

Neste contexto, o deputado social-democrata defendeu a necessidade de se “introduzir mecanismos sancionatórios caso se venham a verificar no futuro situações de incumprimento”.

“A existência de um serviço público de televisão só se pode justificar caso este se assuma como um exemplo de referência no jornalismo, sobretudo no respeito pela isenção, pelo pluralismo político, social e cultural, pelo rigor informativo e pela independência”, declarou.

### PSD quer também ouvir os Directores de Informação das Televisões privadas, em “clima de diálogo colaborante”

No mesmo debate, O PSD defendeu hoje que os directores de informação da SIC e da TVI devem também ser ouvidos no Parlamento, como o director de informação da RTP, sobre a distribuição do tempo informativo pelas forças políticas.

O deputado social-democrata Mendes Bota levou hoje ao plenário do Parlamento a questão da informação televisiva da RTP, que acusou de favorecer o Governo e prejudicar o PSD em termos de tempo de antena.

O deputado do BE Fernando Rosas questionou-o sobre a distribuição do tempo informativo dos canais privados e perguntou-lhe se o PSD não quer também ouvir no Parlamento os directores de informação da SIC e da TVI.

Mendes Bota declarou-se “totalmente de acordo” com a realização dessas audições.

“Estamos totalmente de acordo em que os directores de informação dos outros canais venham cá ter uma conversa connosco para, num clima de diálogo, chegarmos a uma conclusão que é esta: a situação actual não pode continuar”, disse o deputado do PSD.

Ao questionar Mendes Bota sobre os telejornais dos canais privados, o deputado do BE Fernando Rosas afirmou ter “a suspeita de que na SIC e na TV deve ser ainda pior” do que na RTP em termos de “presença esmagadora do Governo e do PS”.

Mendes Bota respondeu que, no que respeita à distribuição dos tempos informativos pelas forças políticas, “a situação é grave e má em todos os

canais”.

“Na última semana de Março o primeiro-ministro teve 37 minutos na TVI, 30 na SIC, 21 na RTP1, 17 na RTP2 e 11 na SIC-Notícias”, referiu o deputado do PSD.

“Não há pluralismo nem respeito por todas as forças da oposição. É o sistema democrático que está em causa”, considerou.

Contudo, segundo o social-democrata, “o serviço público de televisão tem uma responsabilidade muito maior porque é contratualizável, recebe dinheiros públicos”.

“Não podemos obviamente obrigar os canais privados a regras e a terem uma política que eventualmente fira as regras e os interesses comerciais”, sustentou, acrescentando porém que, “tendo licenças passadas pelo Estado, há obrigações de pluralismo que têm de ser respeitadas”.

### Governo acusado de instalar uma “cultura de medo na sociedade”

O PSD defendeu hoje no Parlamento que a democracia portuguesa “está em agonia”, acusando o PS de ter instalado uma cultura de medo na sociedade e de ter restringido o exercício dos direitos fundamentais.

“A democracia não está morta, mas está em agonia”, declarou o deputado social-democrata Montalvão Machado, durante uma interpelação do PSD ao Governo sobre o estado da democracia em Portugal.

Montalvão Machado defendeu que “o exercício livre dos direitos fundamentais é muito menor” desde que o PS governa e prometeu que “em 2009 o PSD voltará para restituir ao país um ambiente de verdadeira convivência democrática”.

“Há uma cultura de medo nos juízes, nos médicos, nos sindicatos, nos militares, na função pública, na



sociedade em geral, imprópria de uma verdadeira democracia”, alegou.

Montalvão Machado apontou como exemplo, entre outros, o caso da ida da PSP a um sindicato da Covilhã, que disse ter acontecido “a mando do Governo, a mando do primeiro-ministro”.

Referindo-se depois à televisão pública, o deputado do PSD afirmou que “o Governo manda calar todos os que não se comportam como ele, sobretudo o maior partido da oposição”.

Santana Lopes encerra a interpelação sobre o Estado da Democracia: «três bens fundamentais - Saúde, Honra e Liberdade - estão postos em causa em Portugal»

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, considerou hoje que a

saúde, a honra e a liberdade estão postos em causa em Portugal e que a orientação editorial da comunicação social favorece o Governo.

No encerramento de uma interpelação do PSD ao Governo sobre o estado da democracia no país, no Parlamento, Pedro Santana Lopes disse que “hoje em dia quem se quer defender tem muitas dificuldades”.

“A saúde, a honra, a liberdade, estes três bens fundamentais de um modo ou de outro estão postos em causa em Portugal. As situações indesejáveis nestas áreas agravaram-se com este Governo”, acrescentou.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, existe “uma maior proximidade, uma maior confusão, uma maior sobreposição entre o poder político, o poder económico e algum poder na informação”.

O ex-presidente do PSD e ex-





primeiro-ministro expôs a sua “mera constatação de factos” que apontam nesse sentido, começando por referir casos judiciais em que o PSD está envolvido.

“Um só partido tem um caso de financiamento indevido” e “os processos judiciais ou de investigação são contra as câmaras do principal partido da oposição, mesmo que o PS tenha estado 20 anos no poder”, sublinhou.

Segundo Santana Lopes, “questionar os factos incómodos para o primeiro-ministro ou membros do Governo é considerado extemporâneo, indelicado”, mas quando respeitam à oposição “há um coro colectivo a exigir esclarecimentos”.

O líder parlamentar do PSD deu como exemplo o caso da Universidade Moderna que o envolveu, dizendo que “os tempos passam e as acusações ficam”.

Santana Lopes destacou ainda que desde que o PS está no Governo “mudaram de direcção os seguintes órgãos de comunicação social: Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã, TSF, RTP e SIC”.

“A visita da PSP a um sindicato, o processo disciplinar a um professor que criticou o primeiro-ministro, os telefonemas para redacções, as mexidas nos órgãos de comunicação social, a irritação do primeiro-ministro com quem o contraria, são tudo factos únicos a mais”, concluiu.

Santana Lopes observou ainda que os membros do Governo deverão “sentir-se bem ao fim-de-semana porque as orientações editoriais da generalidade dos órgãos de comunicação social elogiam e cantam hossanas ao Governo”.

O líder parlamentar do PSD sustentou que só no estrangeiro a imprensa tem diferentes orientações editoriais.

## Visita do Grupo Parlamentar do PSD à zona de influência do Alqueva

O líder do grupo parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, criticou hoje a actuação do ministro da Agricultura, dizendo que Jaime Silva se “sentia melhor num gabinete em Bruxelas” e está “distante dos agricultores em Portugal”.

“A agricultura portuguesa precisa de um ministro que venha ter com os agricultores. Ao fim de três saídas do parlamento, com o tema da agricultura sempre presente, é o que nós [bandada parlamentar do PSD] podemos constatar e concluir”, disse.

Pedro Santana Lopes falava aos jornalistas em Moura (Beja), durante a visita que os deputados da bandada parlamentar social-democrata efectuam hoje ao Alentejo, a concelhos abrangidos pelo empreendimento de Alqueva.

As críticas a Jaime Silva, que tutela o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

(MADRP), foram feitas depois de Santana Lopes ser questionado pelos jornalistas sobre preocupações dos agricultores, relacionadas com o preço da água de Alqueva e projectos de electrificação rural cuja comparticipação foi recusada pelo ministério.

“Temos um ministro da Agricultura que se sentia melhor num gabinete em Bruxelas do que se sente próximo dos agricultores em Portugal. Não faz sentido o próprio ministro estar distante dos agricultores”, argumentou.

Segundo Santana Lopes, a “opção” é do primeiro-ministro, José Sócrates, que deve “saber onde [Jaime Silva] estará melhor”.

“A agricultura portuguesa é que não pode estar sujeita, nem a birras,

“São projectos que visam reforçar a capacidade produtiva e a competitividade da agricultura”, defendeu, referindo-se à actual política do MADRP como tendo “incongruências, mesmo ao ponto de serem anacrónicas”.

Por outro lado, o líder parlamentar do PSD citou “vozes de agricultores” que dizem que “não querem continuar a ser orientados naquilo que têm de semear, nas culturas que têm de escolher”, considerando que o Estado, em muitos aspectos, se revelou um “dirigente incapaz”.

“Esta selectividade e exigência de fazer parte da ‘ementa’ que o MADRP considera como a lista de produtos aconselháveis, é algo que compagina cada vez menos com a evolução recente a que temos assistido, como o

Governo pelo parlamento, com os votos favoráveis do PS e do PSD, partido da oposição que agora contesta a medida.

Segundo Helena Pinto, deputada do Bloco de Esquerda (BE) - partido que votou contra a autorização legislativa apresentando uma proposta própria -, o novo Regulamento de Custas Processuais publicado em Diário da República em Fevereiro resulta de uma autorização legislativa concedida pela Assembleia da República em Julho de 2007.

Esta autorização legislativa, adiantou, foi aprovada com os votos a favor do PS e do PSD, com a abstenção do CDS-PP e os votos contra do PCP, BE e PEV.

O PSD anunciou que vai apresentar uma iniciativa legislativa para anular



nem a caprichos, nem a maus feitos”, afirmou, a meio da visita, depois de deslocações ao Monte do Carvalhoso, em Ferreira do Alentejo, para analisar a valência do regadio de Alqueva, e a uma empresa produtora de molhos, em Moura.

Aludindo aos 117 projectos de electrificação rural para a serra de Serpa cujos apoios foram recusados pelo MADRP, Santana Lopes sustentou que a agricultura portuguesa “estava e ainda está carenciada de apoios em termos de infra-estruturas”.

“Quando se recusa a comparticipação pública aos agricultores, com o desperdício de verbas que houve no quadro comunitário anterior, isso não é compatível com o rumo do desenvolvimento com que se pretende dotar esta região”, disse.

O Alqueva, acrescentou, “está atrasado” e esses projectos, para os quais “os privados foram desafiados” e que não se inserem “numa vaga de subsídio-dependência”, estão, “incompreensivelmente, a ser bloqueados ou recusados”.

disparo dos preços dos cereais para níveis absolutamente imprevisíveis”, sublinhou.

A agricultura em Portugal precisa de “mais liberdade, de mais capacidade e de mais coerência”, contrapôs Pedro Santana Lopes, advertindo que o país necessita de continuar, no futuro, com um “sector primário que garanta o equilíbrio do todo económico”.

A visita de hoje do grupo parlamentar do PSD, a terceira a nível nacional, pretende fazer o balanço da execução do projecto de Alqueva e das suas consequências na agricultura alentejana.

Após o almoço em Moura, já com a presença do líder nacional do partido, Luís Filipe Menezes, a visita prossegue até ao paredão da barragem e às aldeias ribeirinhas da Estrela (Moura) e da Luz (Mourão). – Fonte: Lusa

## Problemas financeiros com a adopção de crianças

O fim da isenção de custas judiciais nos processos de adopção resulta de uma autorização legislativa dada ao

a decisão de cobrança de 576 euros de custas judiciais às pessoas que pretendam iniciar um processo de adopção.

A medida inicial “não tem pés nem cabeça”, disse quinta-feira à Lusa a deputada social-democrata Zita Seabra, sublinhando que a mesma vai contra “as crianças que precisam de ser adoptadas”.

A partir de Setembro, quem iniciar um processo judicial para adoptar uma criança terá de avançar com 576 euros relativos a custas judiciais que até agora não existiam, disse à Lusa um juiz de um tribunal de família.

O novo Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, determina que a partir de 1 de Setembro de 2008 estes processos deixam de beneficiar de isenção de custas.

A nova lei indica que terá de ser pago um valor inicial de 576 euros que poderá ser devolvido no final do processo depois de transitar em julgado.

Este valor, que correspondente a seis unidades de conta (a 96 euros

cada), poderá ser devolvido na íntegra ou apenas uma parte, dependendo dos encargos do processo.

Questionado sobre esta alteração legislativa, o Ministério da Justiça refere “que a razão pela qual não se previu uma isenção, de início, prende-se com a excessiva litigiosidade neste campo do direito e com a necessidade de acautelar uma certa contenção no recurso ao tribunal”.

“Assim, a parte deverá logo pagar a taxa de justiça, mas esta será deduzida de quaisquer outros pagamentos que sejam devidos (realização de diligências especiais, passagem de fotocópias, etc.)”, explica o ministério adiantando que caso não haja encargos, os montantes pagos são devolvidos à parte.

Segundo o Ministério da Justiça, o novo regulamento prevê uma isenção de taxa de justiça para todos os processos de jurisdição voluntária no âmbito do direito da família, sendo apenas devido o pagamento dos encargos.

## Fernando Seara apresenta propostas de direitos compensatórios dos Municípios e criação de um Conselho Económico-Social Municipal

O PSD vai apresentar um diploma que atribui aos municípios o direito a indemnizações compensatórias pelo património municipal cedido ao Estado entre 2003 e 2008, para a instalação de serviços da administração central.

Em conferência de imprensa, quarta-feira, o vice-presidente do PSD Fernando Seara exigiu «igualdade de tratamento» face a uma atitude do Governo em relação à Câmara Municipal de Lisboa. «O que aconteceu em Lisboa, sem pôr isso em causa, foi a compra do terreno onde vai ser instalado o Hospital de Todos os Santos por parte da administração central, com o princípio do pagamento imediato», frisou Fernando Seara.

A outra medida legislativa refere-se à proposta de criação de um Conselho Económico-Social Municipal, um órgão de consulta, concertação e estudo no domínio das políticas económicas e sociais das autarquias.

Um dos diplomas levará o Governo a indemnizar todos os municípios que cederam património à administração central entre 2003 e 2008 como fez recentemente em relação à Câmara Municipal de Lisboa.

Fernando Seara exigiu “igualdade de tratamento face a uma atitude do Governo em relação à Câmara Municipal de Lisboa”, presidida pelo socialista António Costa.

“Um tratamento específico implica tratamentos específicos equivalentes”, defendeu.

“O que aconteceu em Lisboa, sem pôr isso em causa, foi a compra do terreno onde vai ser instalado o Hospital de Todos os Santos por parte

da administração central, com o princípio do pagamento imediato”, disse o dirigente do PSD.

“A Câmara Municipal de Lisboa automaticamente recebeu a primeira prestação”, acrescentou, considerando que esse caso “significa uma singularidade em relação a todas as outras situações equivalentes que aconteceram no conjunto dos municípios”.

O projecto de lei do PSD atribui o direito a indemnizações compensatórias a todos os municípios que tenham cedido sem contrapartidas financeiras terrenos ou edifícios ao Estado entre 2003 e 2008 para instalação de serviços da administração central.

Segundo o diploma, as indemnizações serão pagas em duodécimos de igual montante a repartir durante os anos económicos de

2009 a 2014.

“Para não perturbar nenhuma regra de equilíbrio orçamental, estabelece-se um prazo até 2014 para a concretização do direito de indemnização”, sublinhou Fernando Seara.

Nessas situações, “é evidente que o que houve foi um enriquecimento da administração central com um conjunto de bens cedidos pelas autarquias”, sustentou.

Como exemplo, Fernando Seara apontou o caso do Tribunal de Sintra: “A Câmara Municipal de Sintra gastou milhões de euros com a compra do terreno. O terreno passou para a titularidade da administração central, o que significa uma doação do valor total pago pela câmara para a administração central”.

“O que nós queremos é consagrar um princípio de equivalência e de

indemnização, nos mesmos termos que o Governo da República identificou para a Câmara Municipal de Lisboa”, reforçou.

De acordo com o diploma do PSD, “o apuramento do valor a pagar pelo Estado é da competência de uma comissão de avaliação, presidida por um representante da Associação Nacional de Municípios e composta por um representante da administração central e um representante do município, que decidirá por unanimidade”.

“Não quero definir estimativas, há uma avaliação preliminar que até resulta de um estudo recente que a Associação Nacional de Municípios Portugueses difundiu ao nível dos municípios”, declarou Fernando Seara, interrogado sobre o montante que está em causa.

## Estes são os textos dos Diplomas que foram apresentados pelo GPPSD à Assembleia da República:

Projecto de Lei que atribui aos Municípios o direito a indemnizações compensatórias pelo património municipal cedido ao Estado para instalação de serviços da administração central

Exposição de motivos

Os Municípios para além dos investimentos que realizam na prossecução das atribuições que a lei lhes confere, têm mobilizado igualmente, nos últimos anos, avultados meios financeiros na disponibilização de terrenos ou edifícios para instalação de serviços públicos da responsabilidade da administração central.

Para satisfação urgente de necessidades básicas das suas populações, nos domínios da Justiça, Educação, Saúde e Acção Social, entre outros, as Câmaras Municipais têm disponibilizado, nos últimos anos, ao Estado, centenas de imóveis para a instalação de Tribunais, Conservatórias, Escolas, Centros de Saúde ou equipamentos sociais, nos seus concelhos.

Se tivermos em conta que os terrenos normalmente disponibilizados sem qualquer contrapartida financeira para a construção, por exemplo, de escolas são, não raras vezes, mais caros do que a construção dos próprios edifícios escolares, podemos concluir que o Estado tem poupad, com prejuízo dos Municípios, centenas de milhões de euros.

Acresce que desde a alteração da

Lei da Finanças Locais, os Municípios viram fortemente condicionadas as possibilidades de recurso ao crédito de médio e longo prazo para investimento, inviabilizando a realização de muitos dos projectos de âmbito autárquico a que muito legitimamente as respectivas populações aspiravam.

Esse enriquecimento sem causa do Estado à custa dos Municípios deve, pois ser justamente reposto por via legislativa, tanto mais que o Estado não tem usado sempre o mesmo critério. Ou seja, casos há em que o Estado adquire, como é seu dever, aos municípios, os terrenos destinados à instalação de estabelecimentos ou serviços públicos de sua responsabilidade.

Disso é exemplo mais recente a compra do Estado ao Município de Lisboa do terreno para a construção do novo Hospital de Todos-os-Santos – que substituirá os hospitais de S. José, Santa Marta, Capuchos, Desterro e Estefânia que compõem o actual Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO).

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo 1º  
(Objecto)

A presente lei tem por objecto o

reconhecimento do direito dos Municípios a indemnizações compensatórias a atribuir pelo Estado pela transmissão a este, sem contrapartidas financeiras, de património imobiliário municipal para instalação de serviços da administração central.

Artigo 2º  
(Âmbito)

1 - O direito previsto no artigo anterior abrange as transmissões de imóveis, a qualquer título, ao Estado, de terrenos ou edifícios municipais, ocorridas de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2008.

2 – O valor global das indemnizações compensatórias a atribuir a cada Município, será pago em duodécimos de igual montante a repartir durante os anos económicos de 2009 a 2014.

Artigo 3º  
(Valor da indemnização)

Para efeitos da determinação do valor da indemnização será utilizado o critério da justa indemnização constante do Código das Expropriações.

Artigo 4º  
(Processo)

1 – Os Municípios com direito a indemnização, nos termos da presente lei, devem remeter o seu





pedido, devidamente fundamentado, à Associação Nacional de Municípios, do qual constará a relação dos bens imóveis cedidos ao Estado, os serviços neles instalados e respectiva avaliação.

2 – O apuramento do valor da indemnização compensatória é da competência de uma comissão de avaliação presidida por um representante da Associação Nacional de Municípios e composta por um representante da administração central e um representante do município, que decidirá por unanimidade.

3 – Na falta de acordo unânime sobre o valor da indemnização, é este fixado por arbitragem, com recurso para os tribunais, nos termos do Código das Expropriações.

#### Artigo 5º (Cobertura Orçamental)

A atribuição pelo Estado das indemnizações compensatórias aos Municípios prevista na presente lei, produzirá efeitos financeiros entre 2009 e 2014, mediante dotações a inscrever, para o efeito, no Orçamento do Estado.

#### Artigo 6º (Regulamentação e regime supletivo)

1 – Cabe ao Governo a regulamentação da presente lei no prazo de 90 dias.

2 – Ao regime da presente lei aplica-se supletivamente, com as necessárias adaptações, o disposto no Código das Expropriações. - **Os Deputados do PSD**

Projecto de Lei que cria o Conselho Económico-Social Municipal

#### Exposição de motivos

O artigo 6º da Constituição da República consagra os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização da administração pública cuja concretização consta do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, previsto na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.

Contudo, o objectivo estabelecido na referida Lei de transferir progressivamente o conjunto de atribuições e competências, nos quatro anos subsequentes à sua entrada em vigor, ou seja, até 2003, está, ainda, longe da sua concretização, seja, nas áreas sociais, por exemplo, na construção e equipamentos de acção social, na construção e manutenção de centros de saúde, na prestação de cuidados de saúde continuados, seja, até, na promoção do desenvolvimento, ao nível da gestão de subprogramas de nível municipal

no âmbito dos programas operacionais regionais.

Acresce que, num contexto de alargamento da União Europeia, de aprofundamento da nossa integração nesse espaço europeu e de forte competitividade mundial associado ao fenómeno da globalização, Portugal deve hoje, mais do que nunca, assumir como aposta estratégica, a concretização efectiva dos princípios constitucionais da subsidiariedade e da descentralização administrativa. Ou seja, as atribuições e competências devem ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.

Mas a par da transferência de competências da administração central para as autarquias, cujo processo urge acelerar, impõe-se a criação de novos instrumentos que favoreçam a participação cívica bem como a representação dos diversos interesses, públicos ou privados, de uma dada comunidade, na administração local.

A instituição, de entidades de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, articulação, informação e cooperação, como os conselhos municipais de Segurança, através da Lei nº 33/98, de 18 de Julho e de instâncias de coordenação e consulta do sistema educativo, como os Conselhos Municipais de Educação, mediante o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, são bons exemplos do caminho a seguir, noutros domínios, em que os Municípios são chamados cada vez mais a intervir, nomeadamente, no tocante ao desenvolvimento económico-social, seja para satisfação de novas exigências da comunidade seja no quadro de uma desejável política de descentralização administrativa.

A estratégia de cada Município em matéria de emprego, crescimento económico e inovação tecnológica deve passar pela consolidação de projectos inovadores tendentes à dinamização e competitividade do tecido empresarial local, com vista à criação de riqueza e emprego da respectiva comunidade.

Por outro lado, a racionalidade, eficácia e eficiência da prestação, pelos municípios, de serviços de carácter social, depende necessariamente da participação da sociedade civil, mormente, através do contributo dos principais agentes e instituições representativos dos sectores em causa.

A presente lei visa, assim, criar e regulamentar a obrigatoriedade de constituição de um Conselho Económico-Social Municipal (CESM), como instância de audição e representação dos agentes

económicos e sociais no processo de tomada de decisão do Município.

O Conselho Económico e Social Municipal (CESM), será o órgão de consulta, concertação e estudo no domínio das políticas económica e social de cada município, participando, designadamente, na elaboração de planos e regulamentos municipais de cariz económico e social, dando parecer obrigatório sobre a regulamentação de horários de comércio e cabendo-lhe pronunciar-se, ainda, sobre os demais assuntos que a Câmara Municipal respectiva entenda dever submeter-lhe.

Presidido pelo Presidente de Câmara, ou pelo Vereador por ele indicado, a composição do CESM reflecte a representação de agentes políticos, bem como das principais instituições ou agentes económicos e sociais locais, nomeadamente, trabalhadores, organizações empresariais, ordens profissionais, instituições particulares de solidariedade social, centro de emprego, universidades e jovens empresários.

Para além das normas gerais sobre o exercício do mandato de cada conselheiro e da previsão da possibilidade de constituição de comissão permanentes e especializadas, o funcionamento do CESM, será regido pelas normas gerais de funcionamento previstas no Código do Procedimento Administrativo e pelo regimento a aprovar por cada um dos Conselhos Municipais.

Com a criação do Conselho Económico-Social Municipal, aproveita-se para actualizar a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no sentido de prever a criação, regulamentação e representação dos conselhos municipais, em geral, no quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, estabelecido na referida Lei e não, apenas, do Conselho Municipal de Segurança ou do Conselho local de Educação, este, entretanto, já substituído, pelo Conselho Municipal de Educação.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, apresentam o seguinte projecto de lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1º (Criação do Conselho Económico-Social Municipal)

É criado, pela presente lei, o conselho económico-social

municipal (CESM), órgão de consulta, concertação e estudo no domínio das políticas económicas e sociais do Município.

#### Artigo 2º (Regulamentação aplicável)

O CESM rege-se pela presente lei, pelas normas aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo, pelo Regulamento a aprovar pela Assembleia Municipal e pelo seu Regimento interno.

#### CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

#### Artigo 3º (Composição)

1 - O CESM tem a seguinte composição:

O Presidente da Câmara Municipal, ou vereador por ele designado, que preside ao Conselho;

a) O Presidente da Assembleia Municipal;

b) O Vereador do Pelouro da Acção Social;

c) O Vereador do Pelouro do Desenvolvimento Económico;

d) Quatro membros indicados por organizações representativas dos trabalhadores;

f) Quatro membros indicados por organizações empresariais;

g) Dois membros indicados por Ordens Profissionais;

h) Dois membros indicados por instituições particulares de solidariedade social;

i) Um membro indicado pelas universidades;

j) Um membro indicado pelas associações de jovens empresários;

l) Duas personalidades de reconhecido mérito nos domínios económico e social, designadas pelo plenário;

m) Cinco representantes designados pela Assembleia Municipal;

n) Um representante do Centro de Emprego;

o) Um representante do Centro Regional de Segurança Social;

p) Um representante da Direcção Regional do Ministério da Economia;

q) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

r) Um representante da Administração Regional de Saúde;

s) Outros elementos ou representantes previstos em regulamento da Assembleia Municipal.

#### Artigo 4º (Competências)

Compete ao plenário do CESM,

designadamente:

a) Elaborar e aprovar o respectivo regimento;

b) Pronunciar-se sobre as políticas económicas e sociais, bem como sobre a sua execução;

c) Pronunciar-se sobre as propostas de planos sectoriais de âmbito municipal e, em geral, sobre as políticas de reestruturação e de desenvolvimento socioeconómico que a câmara municipal entenda submeter-lhe;

d) Dar parecer obrigatório sobre a regulamentação de horários de comércio e prestação de serviços;

e) Apreciar regularmente a evolução da situação económica e social do Município;

f) Apreciar os documentos com referência à política de desenvolvimento económico e social que a câmara municipal entenda submeter-lhe;

g) Promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais;

h) Propor à Câmara a realização de colóquios, seminários, ou conferências bem como a edição de materiais de divulgação;

i) Elaborar estudos bem como apresentar propostas ou recomendações de carácter económico-social à Câmara Municipal ou a outras entidades públicas.

j) Exercer as demais competências consultivas que lhe sejam conferidas em regulamento da Assembleia Municipal.

## CAPÍTULO III EXERCÍCIO DO MANDATO

### Artigo 5.º (Mandato)

1. Os membros do CESM consideram-se em exercício de funções logo após a respectiva posse, conferida pelo Presidente da Câmara Municipal.

2. O mandato dos membros do CESM corresponde ao período de mandato da câmara municipal.

3. A primeira reunião, para aprovação da respectiva mesa e aprovação do regimento, terá lugar imediatamente após a respectiva tomada de posse.

### Artigo 6.º (Representação e perda de mandato)

1. Perdem o mandato os membros que:

a) Deixem de ser reconhecidos como seus representantes pelas organizações ou entidades que os designaram ou indigitarem, devendo estas dar conhecimento do facto, por escrito, ao Presidente do CESM;

b) Sejam representantes de organizações ou entidades que deixem de ser participantes no

CESM;

c) Não cumpram os deveres de participação assídua inerentes ao mandato que exercem faltando injustificadamente a mais de 2 reuniões ordinárias ou extraordinárias;

d) Renunciem ao mandato, por carta dirigida ao Presidente do CESM, entregue pessoalmente ou, não sendo o caso, com assinatura reconhecida.

### Artigo 7.º (Direitos e Deveres dos Conselheiros)

1. Os Conselheiros têm direito:

a) A intervenção e a voto, nas sessões do Plenário e das Comissões ou grupos de trabalho de que façam parte, em representação das organizações ou entidades pelas quais tenham sido designados;

b) A assistir, sem direito a voto, às reuniões das Comissões Especializadas ou dos grupos de trabalho de que não sejam membros, mediante comunicação ao respectivo Presidente, podendo usar da palavra desde que este o autorize;

c) A ter acesso a toda a documentação editada pelo CESM, ou por este recebida.

2. Os Conselheiros têm o dever de:

a) Não faltar às sessões do Plenário e das Comissões Especializadas ou grupos de trabalho de que sejam membros, salvo motivo justificado;

b) Assegurar e proceder à comunicação da sua substituição, nos termos previstos em Regulamento, quando impossibilitados de comparecer às reuniões;

c) Guardar reserva em relação a quaisquer actuações, pareceres ou deliberações dos órgãos do CESM, quando adoptada por dois terços dos seus membros;

d) Cumprir as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao CESM.

### Artigo 8.º (Comissões especializadas)

1. Os membros do CESM podem organizar-se em comissões permanentes e especializadas nos termos que forem definidos pelo regimento.

2. O CESM contará com o apoio técnico e logístico dos serviços municipais que se revelar necessário, nos termos a definir pela respectiva regulamentação.

## CAPÍTULO IV NORMAS FINAIS E TRANSITÓRIAS

### Artigo 9.º (Regulamentação e Constituição) Cabe à Assembleia Municipal

aprovar o regulamento do CESM, sob proposta da Câmara, no prazo de 120 dias a contar da entrada em vigor da presente lei.

O CESM é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal. Artigo 10.º

(Alteração à Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

A al. p) do nº1 do artigo 38.º, a al. n) do nº1 e a al. c) do nº 4 do do artigo 53.º, a al. g) do nº 1 do artigo 54.º, a al. i) do nº 2 do artigo 64.º e a al. aa) do nº 1 do artigo 68.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

### “Artigo 38.º Competências do presidente

1 - Compete ao presidente da junta de freguesia:

p) Participar, nos termos da lei, nos conselhos municipais;

### Artigo 53.º Competências

1 - Compete à assembleia municipal:

n) Elaborar e aprovar, nos termos da lei, os regulamentos dos conselhos municipais;

4 - É também da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

c) Deliberar sobre a criação dos conselhos municipais, nos termos e condições previstos na lei.

### Artigo 54.º Competência do presidente da assembleia

1 - Compete ao presidente da assembleia municipal:

g) Integrar os conselhos municipais, nos termos da lei;

### Artigo 64.º Competências

2 - Compete à câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

i) Designar os representantes do município nos conselhos municipais, nos termos da lei;

### Artigo 68.º Competências do presidente da câmara

1 - Compete ao presidente da câmara municipal:

aa) Presidir aos conselhos municipais, nos termos da lei; – Os

## deputados do PSD

PSD propõe fim da publicidade na RTPCom uma única alteração à Lei da Televisão

O PSD entregou no dia 2, no Parlamento um projecto de lei que retira a publicidade da RTP através de uma única alteração à Lei da Televisão, com entrada em vigor prevista para três meses após a sua publicação.

O projecto de lei do PSD acrescenta um número ao artigo 40.º da lei, estabelecendo que os canais generalistas da concessionária do serviço público de televisão “não terão qualquer período de tempo reservado à publicidade comercial”.

O número 1 do artigo 40.º limita a duração das mensagens de publicidade e de teletexto em cada duas horas de emissão televisiva a 10 por cento ou de 20 por cento, consoante os programas sejam de acesso condicionado ou não.

O número 2 exclui desses limites as mensagens relacionadas com os programas do próprio canal, as que digam respeito a serviços públicos ou fins de interesse público e apelos de teor humanitário, transmitidas gratuitamente, e a identificação de patrocínios.

O diploma do PSD introduz um terceiro número que estabelece que “o disposto nos números anteriores não se aplica aos canais generalistas da concessionária do serviço público de televisão, os quais não terão qualquer período reservado à publicidade comercial”.

O projecto determina que “a presente lei entra em vigor três meses após a sua publicação”.

Na exposição de motivos do projecto, o PSD refere que no final de 2012 cessarão as emissões hertzianas, passando a haver apenas televisão digital terrestre (TDT), e que vai surgir um novo operador de televisão.

Os sociais-democratas defendem que é “estratégico criar condições objectivas para que os operadores privados de televisão possam desenvolver a sua actividade num clima mais favorável”.

O PSD reitera que o fim da publicidade na RTP não implica “qualquer pagamento adicional por parte dos portugueses” tendo em conta “as receitas publicitárias que se elevam a 50 milhões de euros” e o “excedente de 50 milhões de euros” da contribuição para o audiovisual.

– Fontes: Gab. Imp. PSD, Povo Livre, Lusa, DN



## INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANTÓNIO MONTALVÃO MACHADO

A.R., 4 de Abril de 20080

Senhor Presidente,  
Senhores membros do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Subo, hoje, a esta tribuna para denunciar com clareza e veemência... aquilo que considero ser um verdadeiro ataque à transparência política e uma indiscutível violação das mais elementares regras de um Estado de direito democrático.

O responsável por isto... é o Governo do Partido Socialista.

A atingida e humilhada é a própria democracia portuguesa.

Os Srs. Deputados que me ouvem pensam que estas são palavras originais. Não são.

Elas constituíram o início de uma intervenção minha..., feita aqui (neste preciso local), em 02 de Fevereiro de 2006, ou seja, há mais de dois anos.

Ora, hoje..., hoje..., Srs. Deputados..., podemos constatar que o défice democrático é muito maior do que era nessa altura.

Hoje..., hoje também, Srs. Deputados..., podemos constatar que..., se esse défice democrático é muito maior..., o exercício livre dos direitos fundamentais é muito menor do que era nessa altura.

Hoje, pior do que há dois anos, facilmente se demonstra o poder absoluto..., prepotente..., controlador..., arrogante..., funcionalizante... e, por isso, democraticamente nefasto... da governação socialista.

Não pense o PS que os Portugueses esquecem o humilhante episódio ocorrido no Centro de Saúde de Vieira do Minho.

Não pense o PS que os Portugueses esquecem a vil perseguição que teve lugar na DREN no Porto.

Não pense o PS que os Portugueses esquecem a prepotente demissão, por delito de opinião, que ocorreu no Hospital de S. João da Madeira.

Não pense o PS que os Portugueses esquecem a incrível actuação controlreira que aconteceu na Subregião de Saúde de Castelo Branco.

Casos passados..., eu sei.

Mas existiram. Foram e são reais.

Casos como muitos outros que se foram verificando por esse país fora..., demonstrativos de uma cultura de

medo que parece querer voltar a instalar-se nos mais variados sectores da nossa sociedade:

**a) Cultura de medo nos juizes** (...sim, nos juizes, atacando-os desde o princípio – como se de um ódio se tratasse –, e mais recentemente..., pretendendo inclui-los no regime/regra da função pública..., dessa forma se pretendendo funcionalizar o exercício de tão alta missão como a de julgar... Claro que o Governo recuou. Pois claro que recuou..., ou melhor, teve que recuar..., justamente porque o Sr. PR suscitou – e com os resultados conhecidos – a fiscalização preventiva da constitucionalidade);

**b) Cultura de medo nos médicos** (...sim, claro, com tantas e tantas ocorrência como as descritas, e muitas outras, que levaram até ao afastamento do próprio ministro);

**c) Cultura de medo nos Sindicatos** (...sim, como aquela de a PSP, a mando do Governo, é claro – mais propriamente a mando do Primeiro-Ministro), ter ido à delegação da Covilhã do Sindicato dos Professores da Zona Centro para fazer perguntas sobre a realização de uma acção de protesto..., para recolher informações... e, porventura, para aconselhar as pessoas..., numa actuação que o Governo – em concreto, a Governadora Civil respectiva – achou como um “procedimento habitual e rotineiro”;

**d) Cultura de medo nos Professores** (...sim, como esta mais recente de..., de novo a PSP..., ter ido à escola Afonso IV, em Ourém..., para somar quantos professores viriam a Lisboa manifestar-se..., talvez para agilizar melhor o trânsito na capital, disse-se..., ainda por cima fazendo dos Portugueses parvos... e, no fundo, rindo-se deles).

Uma cultura de afrontamento e de medo nos juizes..., nos médicos..., nos sindicatos..., nos professores..., nos militares..., na função pública..., uma cultura de medo, enfim, na sociedade em geral... imprópria de um Estado de Direito... e imprópria de uma verdadeira democracia.

E – o que é mais grave – utilizando em muitos casos a própria Polícia para o efeito.

Ora, a Polícia..., justamente a Polícia..., não existe para isso.

Existe para garantir a segurança. A segurança das pessoas e dos seus bens.



A Polícia não existe, como supõe o Governo, para controlar movimentos..., para vigiar as pessoas... e para amedrontar os cidadãos.

A polícia existe, isso sim, para combater o aumento permanente do crime organizado..., da violência constantemente brutal..., nas ruas..., nas escolas..., de dia..., de noite..., de madrugada..., sempre..., sempre..., sempre.

E o Governo..., o que é que acha? Que há menos crime do que anteriormente... e atira uns números quaisquer;

Que os Partidos da Oposição exageram e que se aproveitam disso;

Que o PGR exagera...;

Que os portugueses e as portuguesas que falam sobre o assunto exageram...;

E finalmente e JÁ AGORA, que o Sr. PR também exagera...

O Governo acha que as escolas estão seguras e sabemos que, DIA SIM, DIA NÃO, é detectado um jovem, na escola, armado. Armado, Srs. Deputados.

Não é dia sim, dia não, detectado um desacato..., um desrespeito..., um qualquer incidente. Não. Não é isso.

O que é detectado é um jovem armado na escola..., fora os casos – que devem ser em muito maior número, é claro – de jovens armados que não são detectados...

Ora, os Portugueses (todos os Portugueses..., novos e velhos..., homens e mulheres) têm o direito de não se sentirem atemorizados.

A liberdade passa exactamente por isso, porque o homem só é verdadeiramente livre quando não tem medo.

E a liberdade é um atributo natural do homem. Não uma mera serventia de um qualquer Governo ou de uma força política...

Mas, Sr. Presidente, o Governo não tem limites na sua arrogância.

A Entidade Reguladora da Comunicação Social acaba de publicar os dados comparativos acerca do pretensão pluralismo democrático do canal público de televisão.

Quais são eles? – Quase 60% de tempo informativo gasto com o Governo e com Partido que o sustenta; Menos de 20% gasto com o maior partido da Oposição.

Claro.

O Governo amedronta..., mas o Governo também cala..., ou melhor, manda calar.

Que se caleem todos aqueles que não falem como o Governo..., sobretudo se for o maior partido da Oposição.

É absolutamente inconcebível.

Mas é também absolutamente indispensável que a verdade da nossa situação não continue encoberta com os artificios agora detectados..., que envergonham e desdignificam quem os pratica.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

A democracia portuguesa não está morta, evidentemente.

Mas está FAMINTA..., faminta da realização concreta das promessas que lhe fizeram e que até hoje este Governo não cumpre (... na área do emprego..., na área da saúde..., na área da segurança..., na área dos impostos..., etc.).

Sim. Na área dos impostos. Faz sentido que um português..., se tiver dívidas ao Estado, por exemplo..., possa ser – COMO É – imediatamente executado... e imediatamente penhorado..., mas se tiver créditos sobre o Estado..., não só não os pode compensar..., como demora anos a receber?

A democracia está faminta, de facto. Faminta e sequeosa. SEQUEOSA de cuidados de saúde ajustados e rápidos.

Faz sentido que um português continue a esperar e a desesperar, numa lista de espera, para ser operado... e, depois, seja considerado como incurável e... tenha que ir a Cuba para simplesmente poder voltar a ver. Para simplesmente... poder voltar a ver !!

ETER A OUSADIA DE DIZER QUE ISTO NÃO DIZ RESPEITO AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUIRÁ... TÃO SOMENTE..., UM ENORME ACTO DE DESUMANIDADE...

A democracia está faminta e está sequeosa.

Mas também está CARENTE. Carente de uma educação que não dê à sociedade os exemplos tristes como aqueles a que assistimos ultimamente.

A democracia portuguesa não está morta, evidentemente..., disse-o há instantes.

Mas está em AGONIA – uma agonia política que nos revolta e que nos corrói por dentro e com a qual jamais nos conformaremos.

Uma agonia que deixa morrer os hospitais..., os centros de saúde... e as maternidades.

Uma agonia que deixa morrer os tribunais e que desertifica Portugal.

Uma agonia que deixa morrer a esperança dos nossos concidadãos mais velhos de terem uma reforma justa... e a esperança dos nossos concidadãos mais novos de, após as suas licenciaturas, obterem emprego.

Ao desrespeitar tudo isso, o Governo desrespeita, sobretudo, o homem.

Ora, o homem é a nossa medida...,

a nossa regra absoluta. Nosso início e nossa meta. Sem ele..., sem absoluto respeito por ele..., não há, não pode haver, verdadeira democracia.

*Citei..., já não sei bem de onde..., Sr. Presidente..., mas sei que citei Francisco de Sá Carneiro.*

## Declaração Política do Deputado Mendes Bota sobre o “Pluralismo Político na Informação da RTP”

Assembleia da República, 2 de Abril de 2008

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

*“Os princípios constitucionais de independência e pluralismo dos órgãos de comunicação social públicos proibem que eles funcionem como serviço de publicidade oficial, como estrutura de public relations do Governo (ou de qualquer outra autoridade pública), não podendo eles pautar a sua orientação por um sentido de preferência para com a propaganda governamental”*

Assim escrevem os insuspeitos Gomes Canotilho e Vital Moreira – in Constituição da República Portuguesa Anotada, página 589.

Ao arrepio destes princípios, a RTP beneficia sistematicamente o governo, em detrimento dos partidos da oposição, ignorando os princípios da isenção e do pluralismo político.

Existe uma sub-representação sistemática do Partido Social Democrata em todos os blocos informativos do operador público de televisão.

Há muito tempo que o PSD vem denunciando esta situação inaceitável e discriminatória. Só que, desta vez, foi a própria Entidade Reguladora para a Comunicação Social quem produziu esta grave afirmação, no relatório sobre o pluralismo político-partidário na RTP, entregue na Assembleia da República.

Tomando como base os valores de referência, correlacionados com a representatividade eleitoral de cada força partidária, o governo e o PS conseguem mais de 56% do espaço informativo da televisão pública, contra menos de 18% dedicados ao PSD. É o triplo!

A situação dispara para valores absolutamente escandalosos nas Regiões Autónomas, em termos de noticiário nacional. O governo e o PS beneficiam de 77% na RTP-

Madeira, e de 60% na RTP-Açores.

O prazo de validade deste Governo está traçado: Setembro de 2009.

O Partido Social Democrata voltará, então, para restituir ao País...,

Madeira, e de 60% na RTP-Açores.

Ao nível da informação regional, as situações seguem critérios diferentes. A RTP-Madeira concede ao governo e ao PSD regionais, rigorosamente, o tempo de referência previsto, enquanto nos Açores, onde este ano se disputarão eleições regionais, o tempo concedido ao governo e ao PS regionais, é de 69%.

Perante esta discrepância de tratamento, é legítimo perguntar se iremos estar perante um acto eleitoral disputado de forma justa.

A avaliação quantitativa do respeito pelo pluralismo político é obviamente insuficiente, nem pode ser medido em número de peças televisivas, e o relatório expressa esta preocupação. E aqui, a distorção e a desigualdade não é grande. É gigantesca.

Só que esta avaliação qualitativa, à luz de outros parâmetros, como o formato e a audiência das emissões, não pode esquecer que nos programas de entretenimento e nos canais internacionais do serviço público, a situação é ainda mais desequilibrada, e estas realidades não foram escrutinadas pela ERC.

A verdade, é que não existe sanção possível para a RTP. O contrato de concessão de serviço público de televisão está caduco. Por isso, no contexto da negociação de novo contrato em curso, devem ser introduzidos mecanismos sancionatórios para o incumprimento das obrigações contratuais de serviço público.

Numa atitude desculpabilizante, quase a título de compensação indevida, há quem tenha assinalado o quase total apagamento do Partido Socialista dos telejornais. Problema seu, que a nós não diz respeito. Seja o PS de Socialista, ou o PS de Sócrates, o tempo televisivo do governo e da maioria governamental que o apoia não podem ser dissociados, em matéria

nas famílias..., no trabalho..., nas escolas..., nos tribunais..., nos sindicatos..., um ambiente de verdadeira convivência democrática que respeite os valores mais dignificantes da condição humana.

Disse.

de contas do pluralismo político na televisão.

Outra justificação absurda, é a que relaciona a presidência da União Europeia, com este tratamento discriminatório. O próprio relatório da ERC, elenca nove outros temas liderantes da agenda política e mediática no período em análise, incluindo umas disputadíssimas eleições internas no PSD, e o Congresso que se lhe seguiu.

O respeito pelo pluralismo e isenção na informação é um dever de todos os canais televisivos, mas o serviço público de televisão traz à RTP uma responsabilidade maior, e a sua Administração terá que ser chamada a assumir as suas responsabilidades.

Aqui fica registado o nosso firme protesto nesta questão, sobre o qual apelaremos ao Provedor da República e ao Presidente da República para exercerem o seu magistério, e a quem enviaremos também o relatório da ERC que foi entregue na Assembleia da República.

A televisão pública em Portugal constitui, hoje, parte importante do mecanismo da propaganda de Estado, colocado em marcha pelo actual governo.

É inconstitucional. É ilegal. É imoral. O abuso da propaganda, tem sido um apanágio dos regimes autoritários. A palavra propaganda, aqui utilizada com um sentido político pejorativo, deveria ser uma palavra tabu num contexto político pluralista.

Todavia, aquilo que hoje se passa no canal público de televisão, pago com o dinheiro dos contribuintes portugueses, é uma deriva perigosa do pluralismo político que deveria ser a regra e o exemplo num regime democrático.

## Sérgio Marques apresenta contributo no âmbito da consulta pública lançada pela CE relativa à Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas

No seu contributo, pede à CE um “sério compromisso” de realizar uma avaliação em 2010 dos efeitos da saída das RUP Madeira e Canárias do então designado Objectivo 1 da política de coesão, prevendo a possibilidade de, face a essa avaliação, adaptar o seu enquadramento futuro na política de coesão no período pós 2007-2013 ou de pelo menos manter a situação de que hoje beneficiam no âmbito desta política.

O Deputado do PSD, Sérgio Marques apresentou em Bruxelas o seu contributo para a Consulta Pública sobre a Comunicação da Comissão Europeia (CE) relativa à “Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: progressos alcançados e perspectivas futuras”

Na sua comunicação, a Comissão faz um balanço positivo dos primeiros 3 anos de aplicação da estratégia para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (RUP), sublinhando a necessidade de aprofundar os eixos da estratégia de 2004 (Favorecer a acessibilidade; Competitividade; Inserção no espaço regional vizinho); no curto prazo, através da adopção de medidas complementares para o período 2007-2013. Além disso, propõe uma base para iniciar uma reflexão sobre a estratégia para as RUP, a longo prazo, tendo em conta temáticas transversais aos 3 eixos da estratégia de 2004 e prioritárias na Agenda Europeia, tais como as alterações climáticas, a gestão dos fluxos migratórios, a agricultura e a política marítima.

Sérgio Marques congratula-se com o reconhecimento do facto de a Comissão admitir que a “permanência e acumulação dos factores que prejudicam o desenvolvimento das RUP continuam a ser válidos e que o apoio específico da União Europeia continua a ser necessário” destacando também as medidas avançadas pela Comissão nesta Comunicação para “reforçar a estratégia de 2004 no curto prazo”.

O Deputado madeirense lembra também a importância de garantir a continuação, no âmbito da estrutura orgânica da Comissão Europeia, de meios humanos afectos especificamente às questões da ultraperiferia.

No seu contributo Sérgio Marques considerou “demasiado optimista” a avaliação da Comissão sobre os resultados do desenvolvimento dos eixos da estratégia de 2004 e lembra



que parte das medidas que constituem essa estratégia só foram efectivamente vertidas em legislação comunitária no decurso do ano de 2006 e algumas delas ainda nem sequer tiveram execução. Para o Deputado é muito importante “se passe das meras intenções ou previsões legislativas às acções concretas”.

No seu contributo Sérgio Marques recomenda também à Comissão que

averigüe caso a caso junto de cada RUP se e em que medida é que cada uma delas beneficiou dessas acções, medidas e políticas comunitárias. Só assim se poderá ajuizar da execução e dos efeitos individuais no desenvolvimento de cada RUP; proceder a ajustamentos a meio do percurso; repensar e adequar estratégias.

Destaca as 4 temáticas eleitas pela Comissão para efeitos de reflexão sobre a futura estratégia europeia para as RUP – alterações climáticas, gestão dos fluxos migratórios, agricultura e política marítima, mas lembra que “a escolha desses temas não impeça que outras temáticas, que se venham a revelar importantes para o desenvolvimento das RUP, sejam postas em cima da mesa (por exemplo a investigação, a inovação, o reforço e especialização do capital humano, o efectivo enquadramento das RUP na Estratégia de Lisboa renovada, a globalização...)”.

Sérgio Marques pede à CE um “sério compromisso” de realizar uma avaliação em 2010 dos efeitos da saída

das RUP Madeira e Canárias do então designado Objectivo 1 da política de coesão, prevendo a possibilidade de, face a essa avaliação, adaptar o seu enquadramento futuro na política de coesão no período pós 2007-2013 ou de pelo menos manter a situação de que hoje beneficiam no âmbito desta política.

Lembra também à Comissão que seria de “toda a oportunidade” encomendar um Estudo sobre a identificação de indústrias de ponta a implementar nas RUP’s e áreas adequadas de reforço e especialização do capital humano destas Regiões. O Estudo teria por objectivo último identificar áreas que verdadeiramente potenciasssem o desenvolvimento das RUP.

Aguarda-se agora as Conclusões desta consulta pública, bem como as consequentes propostas da Comissão, a apresentar o mais tardar em Outubro de 2008, conforme repto lançado à Comissão pelo Conselho Europeu de 14 de Dezembro de 2007;

Bruxelas, 1 de Abril de 2008

## Duarte Freitas preocupado com o impacto que as alterações climáticas terão no meio marinho e no sector das Pescas

A Comissão Europeia lançou recentemente um Livro Verde intitulado “Adaptação às alterações climáticas na Europa – possibilidades de acção da União Europeia.”

Este dossier, submetido à apreciação da Comissão Parlamentar das Pescas, suscitou por parte do Deputado Europeu do PSD, Duarte Freitas, algumas preocupações que o mesmo expressou através de um conjunto de propostas que pretendem “ajudar a combater aquele que será certamente um dos maiores flagelos do século XXI”.

Duarte Freitas recordou que “o Grupo de Peritos Intergovernamental sobre a Evolução do Clima (IPCC), que reúne investigadores de todo o Mundo, avaliou o impacto das alterações climáticas e concluiu que cerca de 20-30% das espécies vegetais e animais acabarão por ficar à beira da extinção se a subida da temperatura média da atmosfera ultrapassar o intervalo estimado de 1,5-2,5°C.”

Objectivando em particular as repercussões que as alterações climáticas podem ter no meio marinho, Duarte Freitas chamou a atenção para o facto de as alterações de alguns parâmetros físico-químicos da água como a diminuição do pH (e consequente acidificação dos Oceanos) e a subida da temperatura média da água do mar (a temperatura das águas de superfície aumentou cerca de 1,5°C nos últimos 60 anos), poderem provocar “mutações importantes na dinâmica populacional marinha o que, inevitavelmente, ditará modificações profundas na disponibilidade e distribuição geográfica dos recursos haliéuticos, com consequências que podem ser desastrosas, quer sob o ponto de vista ecossistémico, quer sob o ponto de vista social e económico para comunidades costeiras fortemente dependentes do sector da Pesca, como é aliás o caso em diversas regiões de Portugal Continental e Insular”

O Deputado Europeu do PSD considerou ainda que o “combate das alterações climáticas devem ser uma prioridade estratégica da União Europeia” e que “é necessário um forte investimento na investigação científica que permita juntar esforços e recursos de diversos países europeus.”

Para Duarte Freitas “é fundamental adoptar sinergias para a cooperação e coordenação entre regiões costeiras dos diferentes Estados Membros.”

# A “descida” do IVA

Ricardo Rio (\*)

Por paradoxal que possa parecer, a decisão de descida da taxa do IVA que o Primeiro-Ministro tornou pública há quase 15 dias, teve tanto de surpreendente quanto de inevitável.

Surpreendente, porque contrariou totalmente o discurso (ainda recentemente utilizado) e a estratégia política de consolidação das contas públicas assumida por este Governo.

Inevitável, porque face às características da nossa economia, à conjuntura actual e ao comportamento dos nossos parceiros, em particular da vizinha Espanha, era impossível manter um tão significativo diferencial de taxas como o que estava em vigor.

É especialmente sob esses dois prismas de análise que se pode avaliar a recente iniciativa do Governo do Partido Socialista, mas não só.

Começemos então pelo discurso e pela estratégia. Está hoje claro aos olhos de todos os Portugueses que os resultados alcançados por este Governo ao nível do controlo do défice orçamental, que potenciaram, como também recentemente foi divulgado, a obtenção de uma marca histórica nos valores de 2007, foi alicerçada num aumento sustentado das receitas fiscais e no esmagamento do investimento público, mais do que num efectivo controlo da despesa corrente.

Este aumento das receitas fiscais resultou de uma mais eficaz política de combate à evasão e à fraude fiscal, na linha do trabalho desenvolvido pelo anterior Director-Geral das Contribuições e Impostos, Dr. Paulo Macedo, mas sobretudo de uma efectiva subida da carga fiscal incidente sobre particulares e empresas (com o aumento do IVA, IRS e outros impostos sobre o consumo).

Doze dias antes da data do anúncio desta decisão, o mesmo Primeiro-Ministro afirmava convictamente que era “leviano e irresponsável falar em baixar impostos”, em resposta às propostas então formuladas pelo líder da Oposição.

É certo, lembrarão alguns, que José Sócrates acrescentou a tal expressão a ideia de que era necessário “conhecer em pormenor os dados da economia portuguesa do ano passado” e que, sublinhou, teríamos que estar “seguros de que tudo aquilo que ganhámos nestes últimos anos não será posto em causa”.

Mas alguém acredita que o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças não tinham qualquer noção dos dados que depois vieram a ser divulgados? E que só no dia 26 de Março é que ficaram com segurança sobre a solidez da descida do défice? É que mesmo que existissem dúvidas sobre o acerto final e que uma décima de PIB até represente verbas muito significativas, o que é que esse eventual diferencial garante em termos de sustentabilidade da consolidação orçamental?

Trata-se, obviamente, de mera estratégia eleitoral. E é extremamente provável que a taxa volte a descer pelo menos mais um ponto percentual em 2009, retomando os valores de 2005, porque o Primeiro-Ministro tem consciência que tem mais valor eleitoral dizer que desceu duas vezes a taxa do que promover já uma descida de maior amplitude.

Mas esta descida era igualmente inevitável por razões que se prendem com a competitividade do nosso tecido empresarial, quer interna quer externamente.

O IVA representa um pesado acréscimo sobre o valor dos produtos e serviços transaccionados, sendo particularmente crítico que o parceiro comercial com o qual temos um maior volume de trocas tenha uma taxa significativamente mais baixa.

Neste âmbito, as novas descidas só não serão irreversíveis se ocorrer qualquer ajustamento em alta da taxa do IVA do lado de lá da fronteira.

Sempre que se verifica este tipo de movimentos das taxas de um imposto sobre o consumo, coloca-se sempre a questão de saber quem serão os reais beneficiários da medida, se os consumidores, se os produtores/distribuidores.

E, por mais que o Governo ameace com o reforço da fiscalização, que os retalhistas reiterem o seu compromisso de descida de preços e avancem até com aquelas campanhas-tipo do “nós antecipámos a descida do IVA: não espere por Julho para ter todos os preços 1% mais baratos” (0,83% dos preços actuais, para ser mais rigoroso), não fiquem muitas dúvidas que esta medida reverte quase integralmente em favor das empresas, o que não é necessariamente mau.

A título de exemplo, para lá de problemas ligados aos arredondamentos dos novos valores, tendo por base os preços actuais, a mudança de preços é manifestamente impraticável pelo custo que a própria operação acarretaria na generalidade das superfícies comerciais.

A juntar a tudo isto, na mediática análise da variação do custo dos cabazes-base de uma qualquer família-tipo, valerá a pena lembrar que há muitos bens e serviços cuja taxa de incidência do IVA é inferior aos actuais 21% da taxa normal.

Em suma, esta é uma daquelas medidas que, sendo intrinsecamente positiva, também aparenta mais do que é, e pode ser jogada como trunfo eleitoral, sem que da mesma revertam especiais benefícios para o bem-estar concreto dos cidadãos.

E essa é uma questão que, cada vez mais, urge colocar na agenda governativa. – (\*) *Correspondente do “PovoLivre”, Economista, vereador da CM Braga, Presidente da CPS/PSD*



Notícias da Guarda

# Neste mês, o PSD promove Congresso sobre Interioridade



O PSD da Guarda vai promover, em 19 de Abril, um congresso sobre interioridade, para contribuir para a definição de orientações e políticas “que favoreçam a coesão nacional” e promovam “um desenvolvimento social equilibrado”.

O dirigente distrital do partido, Álvaro Amaro, hoje que o “Congresso da Interioridade” contará com a participação de Miguel Cadilhe, Daniel Bessa e Arlindo Cunha, estando na sessão de encerramento o presidente do partido, Luís Filipe Menezes.

“Esta iniciativa não pretende apenas demonstrar a realidade, insistindo nos diagnósticos e na avaliação das causas, mas, acima de tudo, partir dela para construir opções potenciais que invertam a tendência histórica das políticas de desenvolvimento e da gestão nacional”, afirmou.

Álvaro Amaro disse que dos trabalhos sairão “sugestões e medidas” que visem contribuir para a promoção da “coesão nacional”.

“Se há pacto que o país aceitaria entre todas as forças políticas, seria o pacto em nome do equilíbrio do país, em nome da interioridade”, afirmou o dirigente social-democrata, dando conta que Portugal “vive uma situação desesperante de desequilíbrio” entre o litoral e o interior.

“As pessoas acabam por sair [do interior], acabam por conduzir à desertificação de um grande espaço do território”, admitiu, indicando que o distrito da Guarda, entre os Censos de 1981 e 2001, “perdeu 25 mil pessoas, que correspondem a quatro ou cinco concelhos do distrito”.

“Por este andar - admitiu -, mais três a quatro décadas e, então, uma grande faixa do território deixa de existir com povoamento”.

Para combater o problema da desertificação dos territórios do interior, o dirigente social-democrata defende a aplicação de medidas específicas para as regiões menos desfavorecidas.

“Darei um abraço, se me deixarem,

a qualquer um dos primeiros-ministros, seja de que partido for, que tiver a coragem política de proporcionar iguais condições aos jovens deste país”, afirmou, considerando a necessidade de vigorarem mais incentivos para os empresários.

Admitiu que as medidas de discriminação em vigor para as regiões do interior, relacionadas com a redução do IRC, não são suficientes.

“Tem que haver medidas arrojadas, medidas que impliquem uma coragem política de tratar problemas diferentes, com soluções diferentes”, afirmou, sem especificar quais.

“Com este congresso, o PSD da Guarda visa, ainda, constituir uma plataforma de sensibilização dos poderes políticos para a indispensável estabilização das políticas de desenvolvimento regional que possam sobreviver às mudanças da gestão política do país e perdurar como objectivos da nação”, indicou Álvaro Amaro.

O dirigente social-democrata adiantou que a jornada será aberta à participação de “todas as instituições e de todos os políticos” do distrito.

O “Congresso da Interioridade” está agendado para o auditório do Instituto Politécnico da Guarda, com início às 10:00 do dia 19 de Abril.

## Movimentos na direcção política do PSD da Guarda

João Prata, vice-presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Guarda foi hoje eleito para presidir à Comissão Política Concelhia, que era liderada por Zita Vaz, que não se candidatou a mais um mandato de dois anos.

A candidatura encabeçada por João Prata, que também é o presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel, conseguiu 88 votos num universo de 204 votantes.

Jorge Libânio Monteiro, que liderava a segunda lista, arrecadou 61 votos e Carlos Gonçalves, o terceiro candidato, obteve 53.

O novo presidente da Concelhia do PSD/Guarda anunciou o propósito de “tornar o partido mais arejado” do ponto de vista interno e externo.

João Prata apelou à união de todos os militantes sociais-democratas, considerando que “o principal trabalho é continuar na senda da unidade do partido e pugnar por conseguirmos uma boa proposta para a cidade da Guarda” nas eleições autárquicas.

Assumi que, sem esquecer o ciclo eleitoral que se avizinha, “importa

valorar a dinâmica interna do partido”, procurando dar um “acompanhamento maior do trabalho dos nossos eleitos locais e estabelecer uma ligação privilegiada com a população do Concelho”.

“É no desenvolvimento de contactos mais assíduos com os nossos eleitos locais e na audição mais regular das opiniões dos militantes que assentará um dos pilares que ajudará à apresentação da proposta autárquica do PSD para as eleições autárquicas de 2009”, prometeu João Prata.

Sem adiantar nomes em relação ao

possível candidato à Câmara Municipal da Guarda, o novo líder concelhio, referiu que a opção será tomada “bem no início de 2009”, admitindo que o prazo possa ser antecipado “conforme sugere a estratégia nacional do partido”.

João Prata também prometeu que a equipa que lidera a partir de hoje não esgotará a sua acção apenas com as eleições autárquicas, prometendo “o mesmo empenho” em relação ao processo das europeias e das legislativas. – Fonte: Lusa, DN, CPD Guarda

## Notícias de Leiria Assembleia Distrital de Leiria faz a análise política da conjuntura actual

A Assembleia Distrital de Leiria, reunida com a presença da Comissão Política Distrital, Presidentes das Secções, Autarcas e Deputados, procedeu à análise da situação política Nacional e Distrital, apresenta as seguintes conclusões:

1. Apoiar e reafirmar as tomadas de posição apresentadas pela Comissão Política Distrital de Leiria ao longo dos últimos tempos, pelos Deputados eleitos por Leiria e pelos Autarcas do PSD na defesa dos legítimos interesses do Distrito, nomeadamente:

- Apoiar as posições apresentadas pelos autarcas de Alcobaça e Leiria acerca do traçado do TGV, que em nada são incompatíveis, isto é: Uma estação em Leiria, com um traçado que não espartilhe as povoações.

- Manifestar o nosso profundo desacordo com a introdução de portagens no IC 36 e na designada Variante da Batalha (IC 2), obras há muito previstas no Plano Rodoviário Nacional e reclamar a rápida construção dos restantes itinerários no Distrito, nomeadamente os itinerários rodoviários IC3 e IC8 no norte do Distrito e o IC11 que ligará Peniche a Torres Vedras;

- Manifestar mais uma vez a preocupação pela crescente centralização e apropriação eleitoralista do QREN pelo Governo, preconizando cada vez mais a gestão partidária dos fundos comunitários em prejuízo da coesão regional;

- Defesa da Lei Eleitoral com as alterações preconizadas pelo PSD, não discriminando negativamente os presidentes de Junta de Freguesia em sede de direito a voto nas Assembleias Municipais;

- Denunciar a máquina de propaganda do 1º Ministro que se desdobra em anúncios de obras com objectivos meramente eleitoralistas, veja-se no caso das novas acessibilidades rodoviárias que já foram apresentadas publicamente inúmeras vezes por membros do governo e pelo próprio primeiro-ministro, sempre com muita festa e ampla propaganda.

2. Manifestar a séria preocupação pela utilização do Governo Civil do Distrito de Leiria pelo aparelho Socialista, exortando o Sr. Governador Civil a estar mais atento às preocupações do Distrito ao invés de aquele órgão do Estado estar meramente ao serviço das conveniências políticas de alguns dirigentes do partido socialista.

3. O PSD Distrital vai pois continuar a denunciar as manobras do Governo e do Partido Socialista, numa acção concertada da Comissão Política Distrital com as Secções Concelhias, com os inúmeros Autarcas e os Deputados eleitos pelo círculo de Leiria.

4. Expressar a confiança na liderança do PSD que face ao descalabro da política socialista, cada vez mais se afirma como alternativa necessária a uma nova governação para Portugal.

5. Anunciar a realização em Maio próximo, pela Comissão Política Distrital, do Encontro Distrital Autárquico 2008, sob o tema “Ganhar o Distrito de Leiria, por um poder local moderno e competitivo”. - Gab. Imp. CPD Leiria

# Obras no centro da cidade: a montanha pariu um rato

A “montanha pariu um rato”, é o que se pode dizer das obras que estão a ser realizadas nas vias públicas do centro de Ovar. Isto porque a Câmara Municipal de Ovar decidiu realizar um conjunto de intervenções nas principais vias do centro da cidade, obras que o PSD já recomendara em Janeiro do ano passado na Reunião de Câmara, mas o que é facto é que o essencial vai continuar por fazer.

Já nessa altura o PSD alertou que era necessário “uma intervenção urgente, bem planeada, bem faseada e não uma mera operação de cosmética”, mas infelizmente, mais uma vez a recomendação dos Vereadores do PSD caiu em saco roto do executivo socialista.

Foi já há mais de um ano que os Autarcas do PSD alertaram para o “estado profundamente degradado em que se encontram muitas ruas, passeios e vias de comunicação no centro da cidade de Ovar, designadamente, as ruas Manuel Arala, Elias Garcia, Gomes Freire, assim como a Praça da República” e defenderam “uma intervenção de fundo de modo a renovar e/ou substituir os pisos viários, mas também, diversas infraestruturas urbanas (p.e.: abastecimento de água, saneamento e águas pluviais), assim como, os passeios, rampas, vegetação onde fizer sentido e boa iluminação pública”.

No entanto, constata-se que a intervenção da Câmara Municipal praticamente se limita à substituição do piso e deixa esquecidas todas as restantes infra-estruturas, que seriam as condições mínimas exigíveis para fazer do centro de Ovar uma cidade moderna e convidativa.

Assim, na opinião dos Vereadores do PSD, o centro da cidade de Ovar devia merecer da autarquia uma atenção especial. Uma atenção

proporcional à sua importância no contexto local do nosso concelho, mas também no contexto regional onde se insere.

Para os Vereadores do PSD, uma verdadeira renovação e reabilitação do centro da cidade deveria ser sinónimo de bem-estar, de atracção de pessoas, de qualidade de vida e de benefício para todos. - **Comissão Política do PSD de Ovar**

## Portugal-Estónia em Ovar: uma grande oportunidade para os amantes de Basquetebol e para o Município de Ovar

A organização do jogo de basquetebol entre a selecção de Portugal e da Estónia foi um dos assuntos focados pelos Vereadores do PSD na Reunião de Câmara da desta quinta-feira (3 de Abril de 2008).

A Federação Portuguesa de Basquetebol propôs, recentemente, à Câmara Municipal de Ovar, que este jogo seja realizado na Arena João Gonçalves, em Ovar, no dia 3 de Setembro.

Tratando-se de um jogo de grande importância para a qualificação da selecção portuguesa para o campeonato da Europa, este vai ser, naturalmente, um evento muito apetecido, de êxito garantido: lotação esgotada, transmissão televisiva, interesse assegurado dos órgãos de comunicação social e entusiasmo das adeptos onde o evento se realizar.

Para os Vereadores do PSD, Ovar possui fortes argumentos para acolher este evento: dispõe de uma excelente arena que pode albergar 2.500 adeptos; é a terra do actual campeão nacional de basquetebol, um clube com grandes tradições na modalidade e, principalmente, com vários prémios



ganhos ao nível da formação das camadas mais jovens; e dispõe de muitos adeptos entusiastas do basquetebol que podem proporcionar um excelente apoio à nossa selecção.

Por tudo isto, os Vereadores do PSD recomendaram à Câmara Municipal de Ovar o acolhimento e organização deste evento, que poderá contribuir ainda mais para afirmar o enorme carinho e prestígio que a modalidade recolhe entre nós.

Em segundo lugar, o PSD lembra que a autarquia que acolher este evento deverá assegurar também o respectivo montante do caderno de encargos pré-definido pela Federação Portuguesa de Basquetebol. Por isso, em respeito pelos princípios do rigor e da boa gestão dos dinheiros públicos, os Vereadores sociais-democratas recomendam que a Câmara Municipal de Ovar aceite os requisitos do caderno de encargos proposto pela Federação, que se traduzem num investimento aproximado de 20.000 € (vinte mil euros), mas que, assumida uma postura activa e dinâmica e seja capaz de mobilizar vontades e apoios das forças vivas do nosso concelho, através de captação de patrocínios de empresas e particulares, mas também de apoios públicos de entidades regionais ou nacionais.

Os Vereadores do PSD entendem, ainda, que a realização deste evento é uma excelente oportunidade para o Município de Ovar promover as suas potencialidades turísticas, os seus recursos naturais, a sua história, a sua cultura e pode associar-se a uma magnífica jornada de festa do Basquetebol, captando visitantes e atraindo para as nossas unidades hoteleiras, restaurantes e comércio local milhares de visitantes que doutra

forma não visitariam Ovar.

## Mais uma promessa adiada Câmara “deixa cair” projecto para Fonte do Estanislau

Na última reunião de Câmara, o executivo socialista aprovou a revogação do projecto de requalificação ambiental das margens e parque do Estanislau, situado nas freguesias de Maceda e Arada. O projecto tinha sido aprovado pela Câmara a 19 de Fevereiro de 2004 e previa a realização das obras em cinco fases, com um custo total de 363.873,33 euros. No entanto, constatou-se agora que o projecto “apresenta algumas fragilidades que inviabilizam a candidatura ao QREN” e, por causa disso voltou-se atrás na deliberação.

O PSD de Ovar não pode deixar de lamentar que, ainda que pelos motivos justificados, a autarquia tenha deixado cair este projecto, pois trata-se de uma obra importante para duas freguesias muito carenciadas de espaços lúdicos e de lazer, que poderiam ser proporcionados com esta intervenção.

A Câmara Municipal de Ovar fez saber que tenciona “realizar uma actualização do projecto e eventual revisão do carácter da intervenção” mas, ainda assim, é de lastimar que um projecto desta relevância sofra com os avanços e recuos da autarquia, cujas “indecisões” apenas servem para atrasar ainda mais a necessária intervenção no lugar do Estanislau e para evidenciar o desacerto de muitas deliberações tomadas por esta Câmara Municipal. - **Do nosso correspondente em Ovar, Álvaro Santos**





Notícias de Setúbal

# Distrital reconhece mérito do Estudo do LNEC mas recorda que Chelas - Barreiro não resolve todos os problemas de Mobilidade da Margem Sul

PSD Distrital vê reconhecidos pelo LNEC os seus argumentos na defesa da Opção Chelas - Barreiro

Após o anúncio do Governo sobre o sentido da decisão a tomar relativamente à Terceira Travessia do Tejo, a Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata (CPD/PSD), vem desta forma congratular-se com os resultados da análise comparativa levada a cabo pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

A CPD/PSD de Setúbal reconhece a importância deste trabalho em termos do futuro da Área Metropolitana de Lisboa e em especial do Distrito de Setúbal, e recorda que havia já aprovado por larga maioria dos seus membros, uma moção relativamente a esta decisão que se fundamentou no essencial, nos argumentos invocados pelo PSD Distrital, na defesa da Opção Chelas - Barreiro, argumentos esses que vieram agora a ser reconhecidos pelo LNEC como determinantes para a decisão por este corredor.

## Terceira travessia do Tejo no Corredor Chelas – Barreiro não resolve todos os problemas

Reconhecendo a importância do trabalho levado a cabo pelo LNEC, a CPD/PSD não pode deixar de recordar que, se do ponto de vista da oportunidade, a opção pelo corredor Chelas – Barreiro é a que melhor serve



as necessidades que se perspectivam, é também convicção da CPD/PSD de Setúbal, que esta opção não dá resposta a todas as necessidades em matéria de mobilidade sustentável na margem sul do Tejo.

Como vem sendo reconhecido desde o início dos estudos sobre as travessias do Tejo em Lisboa, os constrangimentos hoje verificados na ligação pela actual Ponte 25 de Abril só poderão ter solução quando se concretizar a ligação no corredor Algés – Trafaria. Esta ligação, que se reconhece vir a ter seguramente um impacto positivo na mobilidade, terá também uma importância significativa em termos de desenvolvimento sustentável dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, reduzindo

significativamente o congestionamento de tráfego e melhorando substancialmente os índices de qualidade do ar, com consequências positivas em termos de qualidade de vida dos cidadãos.

Como complemento à decisão pelo Corredor Chelas – Barreiro, e no sentido de potenciar a mobilidade, eliminando um constrangimento significativo em termos regionais, a CPD/PSD de Setúbal não pode deixar de chamar a atenção para a importância da Ligação Barreiro – Seixal, sendo sua convicção que deverá haver uma integração da construção da TTT no Corredor Chelas – Barreiro com a construção desta ligação, de forma a garantir a sua operacionalidade no mesmo horizonte temporal.

Entretanto, Bruno Vitoprino afirma-se em sintonia com a satisfação da sua CPD

e afirmou que ficou “satisfeito” com a decisão da nova ponte no eixo Barreiro/Chelas, explicando que se abriu “uma importante janela de oportunidade” para a região.

“Este era o anúncio esperado, que vai de encontro às expectativas e ficamos satisfeitos. Para o desenvolvimento dos concelhos da Margem Sul, a Terceira Travessia sobre o Tejo e o novo aeroporto são obras importantes que representam uma janela de oportunidade que se abre para o desenvolvimento sustentável da região”, disse em declarações à Lusa.

Bruno Vitorino disse esperar que sejam dadas repostas às “carências” que existem ao nível das acessibilidades e que estes projectos signifiquem “um inverter na tendência de desinvestimento do governo” que se vinha registando na região.

O líder dos social-democratas do distrito aproveitou a oportunidade para defender também uma ponte entre Barreiro e o Seixal, que seria importante para desviar o trânsito da ponte 25 de Abril.

“Nesta lógica de fechar a teia das ligações, seria importante a ligação por ponte entre o Barreiro e o Seixal, pois assim também era possível retirar trânsito da 25 de Abril e também espero que o Governo faça agora os esforços necessários para construir a ligação Algés/Trafaria, que é uma necessidade muito sentida”, explicou.

Bruno Vitorino, que também é vereador do Ambiente da Câmara do Barreiro, lembrou que a ponte Barreiro/Chelas também vai ter impactos positivos mas também negativos, no concelho e na freguesia do Lavradio, que recebe a ponte.

“Vamos ter impactos negativos como o aumento do tráfego, o aumento da emissões e do barulho, mas também existem muitas vantagens como o desenvolvimento do concelho, a atracção de mais empresas e o aumento do emprego. Devem ser tomadas medidas que permitam minimizar as desvantagens”, concluiu.

– Fonte: Lusa, Gab. Imp. CPD/ Setúbal



# PSD/Algarve debate estado da Saúde na região



É conhecida a situação altamente insatisfatória que o sector da Saúde atravessa no Algarve. Dos profissionais aos utentes, o descontentamento com o mau funcionamento dos serviços é insustentável. Sucedem-se situações de ruptura, com consequências dramáticas em muitos casos.

Desde o intolerável “corredor da morte”, nas urgências do Hospital de Faro, à falta generalizada de médicos de família, passando pelo encerramento de estruturas de proximidade com a população, ou o atraso na construção do futuro Hospital Central do Algarve, existem muitos outros défices ainda, que pesam sobre o sector da Saúde, estratégico para uma região com as características do Algarve.

O PSD/Algarve tem estado na primeira linha da denúncia deste estado de coisas, de um bem primário para a felicidade de uma população. Mas, porque quer cumprir o seu papel de partido líder da oposição, deseja aprofundar a reflexão sobre o sector da Saúde, ouvindo um conjunto de personalidades variadas, de conhecida reputação profissional e cívica, representantes de múltiplas abordagens, dos sectores público e privado, das urgências aos cuidados primários.

É para essa oportunidade de discutir com seriedade esta problemática, inserida no Ciclo das “Conferências do Pontal”, que o PSD/Algarve, através do seu Gabinete de Estudos, irá organizar uma iniciativa designada “SAÚDE: O ALGARVE ESTÁ DOENTE!”, que se realiza no sábado, dia 12 de Abril de 2008, pelas 15 horas, no Conservatório Regional do Algarve, em Faro, cujo programa a seguir se indica.

Esta conferência é aberta ao público em geral.

## CONFERÊNCIAS do PONTAL “SAÚDE: O ALGARVE ESTÁ DOENTE”

Faro, Sábado, 12 de Abril de 2008,  
às 15H00M

Conservatório Regional do Algarve  
Organização: Gabinete de Estudos  
do PSD/Algarve

(Direcção – Dr. Mendes Bota;  
Coordenação do Sector – Dr. João  
Amado)

### PROGRAMA

**15H00M** - Sessão de Abertura pelo Vice-Presidente do PSD/Algarve, Eng. Marcos Guia

**15H05M** – 1º PAINEL - RETRATO DA SAÚDE NA REGIÃO DO ALGARVE

Moderador – Dr. Francisco Amaral, Médico, Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim)

Assistência pré-hospitalar – Dr. João Brasil, Médico Especialista em Anestesiologia e Reanimação, membro da equipa da VMER/INEM  
Cuidados Primários – Dr. Carlos Nunes, Médico Especialista em Alergologia, Ex-Delegado de Saúde de Portimão  
Cuidados Continuados – Dr. Luís Sarraguça, Especialista em

Medicina Física e Reabilitação, Hospital de Faro, Director de Unidades de Cuidados Continuados

Cuidados Hospitalares – Dr. Martins dos Santos, Especialista em Cirurgia Geral no Hospital de Faro, Presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos

**16H00M** - Debate

**17H** - 2º PAINEL – A SAÚDE DOS PORTUGUESES. QUE FUTURO?  
Moderador: Dr. Seruca Emídio, Médico, Presidente da Câmara Municipal de Loulé

Papel do Poder Local - Eng. Luís Gomes, Presidente da CM VRSA, Ex-Deputado

Papel do Sector Privado - Eng. António Taveira, Ex-Secretário de Estado dos Recursos Naturais, Ex-Deputado

Papel do Sector Social - Dr. Manuel Lemos, Presidente da União das Misericórdias, Ex-Presidente ARS Norte

Papel do Estado - Dr. Arlindo Carvalho, Ex-Ministro da Saúde, Vogal da CPN do PSD

**18H00M** - Debate

**19H00M** – Sessão de Encerramento e Conclusões - Dr. João Amado, Médico, Director do Hospital da Misericórdia de Portimão, Coordenador da Área da

## PSD/Algarve edita “Balanço Negro” da Governação socialista na região

O PSD/Algarve vai editar, para distribuição entre os seus militantes, simpatizantes e demais interessados, o “Balanço de Três Anos de Governação Socialista no Algarve”, trabalho que apresentou publicamente no passado dia 14 de Março.

Trata-se de um trabalho de reflexão multi-disciplinar, feito por uma equipa de duas dezenas de pessoas identificadas com as diferentes áreas de intervenção pública e profissional.

O PSD/Algarve entende que se deve afirmar um outro olhar sobre a realidade da região, que vá para lá da neblina da propaganda governamental, e que chame à responsabilidade aqueles que, tendo subscrito compromissos eleitorais, pensam que a falta de trabalho e obra concreta, pode ser substituída pela multiplicação de anúncios e beberetes de tenda montada, e pela acção maciça dos diligentes assessores de imprensa.

A verdade é que a situação económica e social dos algarvios, é hoje bem pior do que em 2005 em quase todos os níveis, e que se irá cumprir um mandato de quatro anos e meio sem que o orçamento de Estado reverta para o Algarve uma ínfima parte do que os algarvios pagam de impostos. Mesmo as obras mais significativas repetidamente anunciadas, Hospital Central do Algarve e requalificação da EN 125, ou serão novas SCUTS que as gerações futuras hão-de pagar, ou esperarão pelo canal financeiro de Bruxelas.

O Algarve continuará a ser explorado pelo Terreiro do Paço com a conivência dos seus comissários indígenas, mas enganado não será. Daí a importância da publicação deste “Balanço de Três Anos de Governação Socialista no Algarve”. Ele testemunhará que houve vozes que não se calaram, consciências que não se venderam, posições que mantiveram a coerência e a lucidez. Pode doer aos interesses instalados, mas a verdade terá que estar acima de tudo.

O PSD/Algarve continuará a ser um marco de resistência, em defesa de uma democracia autêntica e de um poder descentralizado e regionalizado, com a consciência da desigualdade dos recursos utilizados, mas também, do valor dos seus argumentos políticos.

É essa a realidade de dezasseis sectores da sociedade, cada qual com o seu título ilustrativo, a saber: “Promessas eleitorais – Entre o incumprimento, o adiamento e o pagamento com dinheiro dos algarvios”; “Investimentos Públicos – Orçamento de Estado não passa pelo Algarve”; “Mundo Rural – Longe dos agricultores, cheque-mate ao interior”; “Pescas – Total asfixia dos pescadores algarvios”; “Turismo – Vitórias de Pirro, falta de visão estruturante”; “Indústria – O parente pobre da económica algarvia”; “Fundos Comunitários – Pouco e tarde”; Ordenamento – Oportunidades perdidas”; “Ambiente – Governo foi nulo”; “Poder local – Autarquias asfixiadas e reduzidas a prestadores de serviços do poder central”; “Educação – Muita parra e pouca uva”; “Obras públicas – Três anos de esquecimento, três anos de atraso”; “Saúde – Promessas de hospital, caos nas urgências; “Emprego – Mascarar os números da crise”; “Cultura – Não há vestígios” e “Desporto e Juventude – um imenso deserto”. – **Gab. Imp. PSD/Algarve**



Notícias dos Açores

## Flores “sem visibilidade” na RTP

O líder do PSD/Açores considerou domingo que as Flores são, actualmente, a “única ilha que não tem visibilidade” no serviço público de rádio e televisão, devido à falta de um correspondente.

“Tenho estado em todas as ilhas e, apesar de notar algumas dificuldades, vejo que há correspondentes da RTP e RDP em todas as elas. A única ilha dos Açores, neste momento, que não tem visibilidade para o exterior é a ilha das Flores”, afirmou Costa Neves, no encerramento da convenção autárquica da ilha das Flores.

Para o líder social-democrata, esta situação “é da responsabilidade do Estado e quem tem de estar na primeira linha da chamada de atenção para essa omissão é o presidente do governo regional”.

O presidente do PSD/Açores classificou de “inaceitável” a ausência de um correspondente nas Flores e sublinhou que o assunto “tem de se resolver rapidamente”.

No sector da saúde, Costa Neves salientou que “não é aceitável” que as Flores tenham, presentemente, “apenas dois médicos”, quando “são precisos quatro para que a cobertura da ilha seja razoável”.

O líder social-democrata criticou, ainda, o eventual encerramento, por parte do governo da República, de tribunais e repartições de finanças nas Flores.

### O PSD/Açores alertou hoje para a cobertura “quase nula” das redes das operadoras móveis na costa norte da ilha de São Jorge.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques referiu que os lugares de Toledo, Santo António e Ribeira da Areia e a freguesia de Norte Pequeno “continuam ‘às escuras’ no que se refere à cobertura da rede que transporta o sinal das redes móveis”.

O parlamentar do PSD/Açores recordou que, em 2005, pediu esclarecimentos ao governo regional sobre o assunto, mas “passados três anos, aparece apenas uma pequena área coberta, no centro da freguesia do Norte Grande, deixando toda a restante parte norte da ilha ‘às escuras’, ou seja, com cobertura nula”, através do seguinte requerimento:

#### *Freguesia e lugares do lado Norte da Ilha continuam “às escuras”.*



Considerando que o telemóvel e a internet são hoje um meio de trabalho, conforto e segurança, quer para pessoas que vivem em meios mais populosos, mas sobre tudo para os que habitam em lugares mais recônditos da nossa Região.

Considerando por isso, que as comunicações podem até em caso de acidente quer seja em terra e até mesmo junto à costa marítima, servir como único meio de comunicação com as pessoas, incluindo bombeiros e Centros de Saúde ou forças de segurança.

Considerando que o lado norte da Ilha de São Jorge, nos lugares e freguesia de (Toledo, Santo António, Ribeira da Areia e Norte Pequeno) continuam “às escuras” no que se refere à cobertura da rede que transporta o sinal das redes móveis.

Considerando que em Março de 2005, (há 3 anos), requeri informações ao Governo Regional, sobre esta

materia o qual informou, que estavam a fazer diligências junto da ANACOM, bem como a Ilha de São Jorge tinha sido alvo de levantamentos das zonas com deficiente ou nula cobertura...???

Considerando que passado 3 anos, aparece apenas uma pequena área coberta (centro da freguesia do Norte Grande) deixando toda a restante parte Norte da Ilha “às escuras” ou seja com cobertura nula.

Considerando que a Ilha de São Jorge tem tido sempre o “azar” dos investimentos aqui feitos serem sempre “tacanhos”.

Considerando que esta atitude das operadoras usarem estruturas desactivadas da PT, é uma forma de tentar “tapar o sol com a peneira”.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requero ao Governo Regional as seguintes informações:

- Que diligências tem feito o Governo Regional nestes últimos 3 anos?
- Tem ou não o Governo Regional conhecimento desta cobertura deficiente e quase nula? - Velas de São Jorge, 31 de Março de 2008, **Mark Marques**

### Potencialidades da floresta “mal aproveitadas”

O PSD/Açores alertou hoje para a “inexistência” na região de uma fileira silvícola “consistente, sustentável e competitiva”. Segundo um requerimento enviado pelo deputado António Ventura à assembleia açoriana, e sabendo-se que “desde 2006, se encontra em elaboração o plano de ordenamento florestal da região”, os social-democratas dizem ser necessário “fomentar” a arborização com espécies autóctones, uma vez que a floresta “ainda não é atractiva como complemento agro-pecuário”, explicam

Referindo que, nos Açores, a política de silvicultura “é uma das áreas com crescente potencialidade económica, ambiental e turística”, e acrescentando que a mesma não está a ser “devidamente aproveitada”, aquele parlamentar pretende saber “a actual situação” do inventário florestal da região, assim como do plano de melhoramento florestal”

Sustentando um “crescente papel multifuncional da floresta”, nomeadamente “na conservação do solo, da qualidade da água e do ar e da biodiversidade”, António Ventura lembra ainda as “qualidades inerentes” à floresta “no combate às alterações climáticas, no valor paisagístico e do ordenamento do território, indo até à produção de energia”.

Assim, lê-se no documento enviado à assembleia, é urgente saber “o número de efectivos do Corpo de polícia Florestal da região e qual a sua evolução desde 2005”, dada a sua importância para a manutenção dos efectivos. Além disso o deputado pede informações à tutela sobre “as acções de formação realizadas para os produtores em 2007, e se estão previstas também para 2008”, sobre a evolução anual recente da “área beneficiada com espécies autóctones florestais” e quer saber quais as espécies florestais exóticas “que estão a sofrer estudos de adaptabilidade nos Açores”, acrescenta.

– António Ventura

XII Congresso do PSD-Madeira

## O congresso seguinte marcará o “Adeus!” de Alberto João à liderança

“Vencer 2011” é o título da moção de estratégia que Alberto João Jardim apresentou no XII congresso regional do PSD/M, que decorreu no fim de semana no Funchal.

A cobertura jornalística das sessões foi limitada às sessões de abertura e encerramento.

O presidente da Mesa do Congresso do PSD, Ângelo Correia, marcou presença com uma intervenção na sessão de abertura; e o líder Luís Filipe Menezes na de encerramento.

Também tiveram intervenções significativas, o secretário-geral nacional, Ribau Esteves, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República, Rui Gomes Silva, e o líder do PSD/Açores Carlos Costa Neves.

O PSD/M convidou ainda pela primeira vez representações de alguns partidos da oposição política insular, designadamente do MPT e CDS.

Jardim sustent, antes, “que este será mais “um congresso do PSD/M pacífico”, até porque a questão da liderança ficou definida com as eleições directas que se realizaram a 9 de Março, nas quais foi reconduzido com 78 por cento dos votos dos 7.830 militantes.

Dos 6.131 votantes, 99,7 por cento deram o seu voto de confiança ao líder insular, sendo que apenas 0,3 por cento votaram branco ou nulo.

Jardim prometeu fazer no decorrer do congresso “dois discursos diferentes”, apontando que terão a duração de duas horas.

O presidente do PSD/M assegurou que esta reunião magna se enquadrará no processo que desencadeou para a sua substituição na liderança do partido, mantendo que “este será o seu último mandato”.

Numa entrevista recente, Alberto



João Jardim disse que tenciona renunciar ao cargo de presidente do Governo Regional da Madeira, função que ocupa há 30 anos, em Abril de 2011 após o XIII Congresso Regional do PSD-Madeira.

Alberto João Jardim diz esperar que o XIII Congresso Regional do PSD-M aconteça em Fevereiro ou Março de 2011 e adianta ter a ideia de que “o novo líder do partido, com a maioria parlamentar que o PSD tem, deve imediatamente constituir governo”.

Durante o congresso “laranja” madeirense foram ainda discutidas outras duas moções, uma da autoria da JSD/M e outro de Gabriel

Drumond, que defende a transferência para o património da Madeira do Palácio de São Lourenço (residência oficial do Representante da República) a fortaleza do Pico de São João e o espólio documental ligado intrinsecamente à Madeira e guardado na Torre do Tombo em Lisboa.

Nos seus discursos, Alberto João Jardim disse, a certo ponto, ter dado uma lição de “de democracia” na região da Madeira ao pedir no Congresso uma salva de palmas para o seu eventual sucessor, mesmo sendo ainda desconhecida a sua identidade.

“Em 2011, daqui a três anos estará a falar um novo líder, espero que lhe dêem todo o apoio como me deram ao longo da vida. Por isso, peço uma salva de palmas para ele, sem saber quem é o próximo”, disse o líder do PSD/Madeira.

Jardim destacou que esta manifestação constituía uma “promessa” de que seja quem for o eleito “terá a ajuda de todos no partido”.

“Isto é que é o cúmulo da democracia, aplaude-se mesmo fazendo confiança sem saber o nome, uma coisa que as democracias do século XIX lá no rectângulo não entendem”, declarou.

Pediu que “não atrapalhem os objectivos eleitorais do PSD/M com histórias da carochinha, como os “delfins” ou sucessores”, acrescentando que o partido tem

“mecanismos próprios para resolver esses problemas”.

“Para mim o ideal é que quando for às eleições para a comissão política ter um consenso que abarque todos”, apontou.

Avisou que “não estejam à espera de drama de faca e alguidar” à volta da questão da sucessão, sustentando que este “será se calhar o seu último trabalho como líder do partido”.

Destacou que, tendo em conta a actual situação do PS, “pé de chinelo, sem qualidade”, o PSD/M vai ter “condições de fazer com calma a mudança de líder no partido”.

“Na moção está o critério, vamos como que com uma lâmpada procurar quem reúne as condições. Estou certo que isto será mais uma empreitada que o PSD vai ganhar”, afirmou.

Avisou que o partido tem de funcionar como “uma armada”, sem “discussões internas”, dizendo: “beliscões e arregaços de beijas é cá dentro, lá fora não nos podemos expor”.

“Eu serei o primeiro a ajudar a queimar quem se esteja a promover na comunicação social contra os interesses do partido”, avisou Jardim.

Garantiu ainda que depois de deixar a liderança “estará sempre à disposição para fazer tudo o que o novo líder lhe peça”.

Referindo-se, logo na abertura, ao Presidente da República, Alberto João afirmou que a forma como Cavaco



Silva tem exercido o seu mandato como Presidente da República o torna uma “referência de Estado para o PSD/Madeira” e pediu uma salva de palmas para Cavaco Silva, que a 14 de Abril inicia uma visita oficial à Madeira.

“O mandato de Cavaco Silva merece que o PSD da Madeira continue a considerá-lo como a referência de Estado para este partido”, declarou.

Apesar de Jardim ter declarado o PS como o principal inimigo, criticando a “incompetência que brada aos céus” da política do Governo, garantiu que irá continuar o diálogo com Lisboa.

### «Sócrates é o Big Brother em plena ascensão»

Contudo, avisou que “o Governo Regional não faz figura de ingénuo e desde já fica bem claro que a Madeira quer resultados”.

“A nossa oposição não é partidária, mas de regime contra o actual sistema político regional”, apontou, pedindo “muito cuidado” com a inflação legislativa do governo de José Sócrates, que acusou de estar “a regulamentar todos os aspectos” da vida dos portugueses.

“É o Big Brother em plena ascensão”, realçou, adiantando que existe “um autêntico sistema de Estado policial de caça ao político”, com o intuito de afastar os melhores da política e “fazer isto cair nas mãos da canalha”.

Jardim declarou ainda estar



“solidário com a maioria dos socialistas na Madeira”, condenando a falta de respeito por parte do PS nacional para com os militantes e filiados do partido na região.

Dirigindo-se directamente para as câmaras de televisão, Jardim declarou: “meus caros socialistas, eu também

estou convosco, porque se o PSD e o povo madeirense foram atingidos, os mais atingidos fostes vós, pela falta de respeito e de solidariedade que o PS teve com os seus próprios militantes e eleitores”.

O líder do PSD/M destacou também os quatro objectivos até 2011 do partido: o cumprimento do programa de Governo Regional que foi sufragado a 6 de Maio de 2007, a revisão da Constituição, a vitória nos quatro actos eleitorais até 2010 e a maioria absoluta nas próximas eleições legislativas regionais.

Em matéria de revisão constitucional, Jardim argumentou que a Madeira “chegou a um ponto importante da autonomia regional e a Constituição não permite que avance ao ritmo que até agora a caracterizou”.

“Queremos andar para a frente mas estamos limitados no nosso poder legislativo”, disse.

Jardim considerou que, caso não seja bem sucedido o projecto de revisão constitucional em 2009, o PSD/M fica com “um problema melindroso, uma situação muito grave”.

“O que é que digo ao povo madeirense se autoritariamente negarem mais autonomia? Come e cala!”, referiu Jardim, garantindo que se recusa a “fugir”.

“Isto não fica assim se nos negarem o que são os nossos direitos. Não somos nós, portugueses da Madeira, que estamos a pôr em causa a coesão nacional. Os separatistas são essa gente de Lisboa, nomeadamente o PS e o PCP, que nos têm perseguido ao longo destes anos porque não toleram a nossa maneira de ser diferentes, não são democratas”.

Jardim anunciou ainda que o

executivo madeirense vai apresentar na Assembleia Legislativa da Madeira uma proposta de lei ao parlamento nacional “que acabe com essa pouca vergonha de um tipo poder andar com três doses de droga no bolso”, e defendeu a anulação da actual lei, “voltando-se à criminalização do consumo de droga”.

Apontou que será apresentada uma lei quadro de educação regional que “assente a escola como sede de valores, lugar de exigência e trabalho e reconhecimento de competência e mérito”.

Jardim falou para as representações dos dois partidos da oposição política regional que foram convidados a estar presentes no congresso do PSD/M, designadamente o MPT e CDS, fazendo votos que “apesar das diferenças legítimas de identidade, tudo o que tenha a ver com o plano dos valores, nos una, quando for questão de um combate decisivo”.

Reconhecendo que “a bexiga não é eterna”, lembrou, a concluir a sua intervenção, que “em 2011 haverá um novo líder mas não pensem que me vão ver pelas costas”.

### Angelo Correia, considerou hoje a Madeira um exemplo de “pluralidade democrática”

O presidente da Mesa do Congresso Nacional do PSD, Angelo Correia, considerou hoje a Madeira um exemplo de “pluralidade democrática”, alegando que tem uma representação partidária mais ampla do que a Assembleia da República

“A expressão da pluralidade política democrática tem na Assembleia Legislativa da Madeira





uma amplitude, uma participação político-partidária mais ampla que a própria República”, declarou.

Angélo Correia, que falava na abertura do Congresso elogiou também o exemplo do desenvolvimento sustentável alcançado no arquipélago, apontando o “contraste com o continente”.

O presidente da Mesa do Congresso Nacional do PSD destacou a obra de Alberto João Jardim e a realidade madeirense, território onde foi alcançado o equilíbrio entre a “competitividade e a solidariedade social”.

“Lá não podemos falar de competitividade”, disse, sustentando que a Madeira “é um exemplo de incentivo, alegria, modernidade. É uma lição que precisamos importar para reformar, em muitos pontos que Alberto João Jardim tem falado e que são tabus, como é o caso da Constituição”.

“Quando chego à Madeira fico mais feliz e sempre que daqui saio é com alguma saudade”, concluiu.

#### **Intervenções de Rui Gomes da Silva, Ribau Esteves e Costa Neves**

Também o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República, Rui Gomes da Silva, realçou que a Madeira é um exemplo por ter conseguido um “nível de desenvolvimento mais próximo dos parceiros europeus”.

“A Madeira é um exemplo de um lugar onde há mais respeito pela

pluralidade democrática”, destacou, acrescentando que “o PSD e os portugueses precisam de Alberto João Jardim para ganhar 2009”.

“Reconhecimento”, “agradecimento” e “desafio” foram as palavras que marcaram a intervenção do secretário-geral do PSD, Ribau Esteves.

O secretário-geral do PSD considerou que o partido tem sabido cumprir a sua missão de ser oposição política a nível nacional e criticou o facto do Governo da República “tratar mal os portugueses e governar por anúncio” ao apostar apenas em medidas para um futuro longínquo.

“Construir uma alternativa de poder credível feita com os portugueses, participada, construída de forma aberta, para que nas legislativas em 2009 o PSD apareça com um projecto capaz, aliciente, que permita congrega a esperança porque Portugal está cansado de ser mal governado e de se afastar do desenvolvimento da Europa”, foi o objectivo traçado por Ribau Esteves.

Defendeu “a utilização simbólica da cor laranja e seta que impede para cima, para crescer”.

Após a sessão de abertura, os trabalhos do congresso do PSD/M prosseguem agora à porta fechada, estando permitida a presença dos jornalistas apenas na sessão de encerramento, no domingo, que terá a presença do líder nacional do partido, Luís Filipe Menezes.

Por seu turno, o líder do PSD/Açores, Costa Neves criticou a política

de “Robin dos Bosques ao contrário” do Governo da República que classificou do “mais centralista desde o 25 de Abril”.

Costa Neves discursou no encerramento do Congresso, com Alberto João Jardim e Luís Filipe Menezes.

O dirigente social-democrata açoriano salientou que com a Lei das Finanças Regionais, o executivo de José Sócrates “tira aos mais pobres para dar aos mais ricos”.

“Em Lisboa está o governo mais centralista desde o 25 de Abril e nos Açores o executivo mais incompetente desde a autonomia”, declarou.

Costa Neves acrescentou que “em Lisboa está o governo de Sócrates que não cumpre nada, detesta e hostiliza as autonomias e o poder local”.

Com a Lei das Finanças Regionais,



disse, as câmaras do arquipélago dos Açores “serão mais prejudicadas” e contrariou a ideia que foi veiculada de que o Governo da República diminuiu as transferências financeiras da Madeira para dar aos Açores.

“Tirou da Madeira, não para dar aos Açores mas para dar a Lisboa e alimentar uma imensa e voraz máquina burocrática que cresce em vez de diminuir, com a cumplicidade dos socialistas madeirenses e açorianos”, argumentou Costa Neves.

Sobre a realidade madeirense, sustentou que “quem quer ver sistemas de saúde e educação a funcionar tem de vir à Madeira”.

Elogiou ainda o “pluralismo democrático” no arquipélago da Madeira, mencionando que numa análise ao tempo de cobertura de iniciativas partidárias ficou provado um equilíbrio entre o tempo atribuído aos governo e PSD/M e as restantes forças políticas insulares.

Costa Neves manifestou ainda confiança na “capacidade” dos militantes e simpatizantes do PSD/Açores e na “sensatez” dos açorianos nos próximos actos eleitorais, permitindo ao partido “uma vitória que é necessária para recuperar o tempo perdido”.

O Congresso encerrou com as intervenções de Alberto João Jardim (No texto acima) e de Luís Filipe Menezes (Leia em “Actividades do Presidente, pag. 2 e seguintes). – Fontes: Lusa, Gab. Imp. PSD/Madeira, Fotos Lusa



## BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção da Batalha, no pleno uso dos seus direitos, para reunirem no próximo dia 16 de Maio de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD, na Rua D. Filipa de Lencastre, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues no prazo regulamentar ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem, nos termos estatutários, o possa substituir.

## CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco para o próximo dia 09 de Maio de 2008, 6ª feira, na sede do Partido em Cascais, sita no Largo da Estação nº 4 em Cascais, das 18h00 às 23h00 as eleições para:

1 - Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Cascais

2 - Comissão Política de Secção do PSD de Cascais

Nota: A sede da secção, sita na morada supra, estará aberta das 18 às 24h no terceiro dia anterior ao acto eleitoral para entrega de candidaturas, ou seja, até às 24h do dia 06 de Abril de 2008

## Núcleo do Vale (CPS de Santo Tirso)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia (Plenário) das freguesas do Vale (São Martinho do Campo, São Salvador do Campo, São Mamede de Negrelos e Vilarinho), para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2008 (sexta-feira), entre as 21h00 e as 23h00, nas instalações da Junta de Freguesia de São Martinho do Campo, com a seguinte ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Santo Tirso

## NÚCLEO DE MATOSINHOS (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política Concelhia de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a Eleição para a Comissão Política de Núcleo do PSD de Matosinhos, para o próximo dia 9 de Maio de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do dia 6 de Maio de 2008, no local de realização das eleições.

## NÚCLEO DE SANTA CRUZ DO BISPO (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política Concelhia de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a Eleição para a Comissão Política de Núcleo do PSD de Santa Cruz do Bispo, para o próximo dia 9 de Maio de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do dia 6 de Maio de 2008, no local de realização das eleições.

## NÚCLEO DE S. MAMEDE DE INFESTA (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política Concelhia de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a Eleição para a Comissão Política de Núcleo do PSD de S. Mamede Infesta, para o próximo dia 9 de Maio de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do dia 6 de Maio de 2008, no local de realização das eleições.

## Secção do PSD de Paris

A Secção do Partido Social Democrata de Paris vai reunir em sessão ordinária no próximo dia 12 de Abril, Sábado, às 18.30 horas, na Association Reille.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise situação política;
2. Análise Projecto de Reestruturação Consular - Paris;
3. Projectos-Lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD relativos à área das Comunidades Portuguesas
4. Diversos



## CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco para uma sessão ordinária, a realizar no dia 19 de Abril de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, n.º 26, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Informações das Comissões Políticas Concelhias.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco (Elsa Marmelo)

## CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 18 de Abril de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Torres Novas, na Rua do Conde, n.º 38 - 1.º, em Torres Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 - Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém (Francisco José da Silva Varela)

## GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD da Guarda, para reunir no próximo dia 10 de Maio de 2008 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede Distrital do PSD/Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa, na Sede Distrital do PSD/Guarda;

b) As urnas estarão abertas das 15 horas até às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD Guarda (Nuno Miguel Maia Pereira)

## MESÃO FRIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da Secção de Mesão Frio, para reunir no dia 11 de Maio de 2008,

pelas 15 horas, no Auditório Municipal do Conselho de Mesão Frio, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 19h30.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Domingos Basílio Ribeiro Cabral)

## RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Rio Maior, para reunir no dia 9 de Maio de 2008, pelas 20h30, na Sede do PSD, sita na Avenida Paulo VI, lote 102 - 1.º Dto., em Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 - As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Avenida Paulo VI, lote 102 - 1.º Dto., em Rio Maior, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

3 - As urnas estarão abertas das 21 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém (Francisco José da Silva Varela)

## SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Santarém, para reunir no dia 9 de Maio de 2008, pelas 20h30, na Sede do PSD, sita na Rua Calçada de Mem Ramires, n.º 10 - 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 - As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

na Rua Calçada de Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

2 – As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 21 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém

(Francisco José da Silva Varela)

## Processo nº 7

No dia 8 de Fevereiro de 2008, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pelo Militante Base, companheiro Vítor Carneiro.

Reunido este CJN na cidade de Aveiro, no dia 28 de Fevereiro de 2008, onde estiveram presentes todos os seus membros, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea f), dos EN/JSD e do artigo 50º n.º 2 alínea f) do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

Parecer nº 1/2008

O esclarecimento suscitado pelo militante de base, companheiro Vítor Carneiro, consiste em saber se a Comissão Política da Secção de Paços de Ferreira, está activa, ou seja, se foi eleita regularmente ou não.

Fundamenta o referido esclarecimento no facto de, desde a eleição da comissão política da secção de Paços de Ferreira, Julho de 2007, não se ter realizado qualquer plenário de Secção e, foi convocado um Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Paços de Ferreira, o qual, não existe.

Consultados os serviços administrativos da Jsd, resultaram os seguintes:

Elementos:

1 - Convocatória de *Plenário de Secção*, de 28 de Maio de 2007, pelo Presidente da Mesa;

2 - Acta demonstrativa da efectiva realização do Acto Eleitoral, relativa à eleição dos órgãos da Secção de Paços de Ferreira;

3 - Publicações no «Povo Livre» - meses de Maio e Junho;

A acta que nos foi remetida documenta a realização da eleição dos órgãos de Secção.

No entanto, não existe qualquer convocatória publicitada em “Povo Livre” referente à eleição dos órgãos de Secção.

Assim, estamos face a um acto nulo, circunstanciado no facto de existir falta de publicitação de convocatória no “Povo Livre” - artigo 31º a) do Regulamento Jurisdicional da JSD.

Consequentemente, a Eleição da Comissão Política de Secção de Paços de Ferreira foi irregularmente efectuada.

Neste sentido, a referida Comissão Política perde toda e qualquer legitimidade deliberativa, executiva e representativa.

CONCLUSÃO:

Pelo exposto, concluímos que a Comissão Política de Secção de Paços de Ferreira foi irregularmente eleita, porquanto a sua eleição não foi precedida de publicitação da convocatória em “Povo Livre”.

Neste sentido, este CJN recomenda que se convoque com carácter urgente e de forma regular, acto eleitoral para a eleição da Comissão Política da Secção de Paços de Ferreira, no prazo de 15 dias.

Notifique-se o requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD

Aveiro, 28 de Fevereiro de 2008

O CJN:

**Bernardo Azevedo**

(O Presidente do Conselho de

Jurisdição Nacional)